



Município de Penafiel
Relatório de Gestão
2016

"Ao longo deste ano continuamos a apoiar os nossos concidadãos em dificuldades, para que o nosso concelho seja cada vez mais coeso e cada vez mais justo. Continuamos a trabalhar para atrair investimento para o nosso concelho, que traga riqueza e emprego. E uma esperança renovada para muitas famílias penafidelenses. Alguns desses investimentos estão já concretizados e à vista de todos. Outros estão ainda em fase de instrução e de instalação. Ao longo do último ano o nosso concelho continuou a ser presença assídua nos meios de comunicação social locais e nacionais, sempre pelas melhores razões. Nunca se viram tantas reportagens nas televisões, nas rádios e nos jornais, inspirando outras terras e outras gentes, com os projectos de Penafiel e dos penafidelenses. E assim vamos continuar. A trabalhar para que o nosso concelho seja cada vez mais coeso, desenvolvido e harmonioso."

Antonino de Sousa, Presidente da Câmara Municipal

I – INTRODUÇÃO

Nota Prévia

O regime contabilístico legalmente aplicável à atividade autárquica determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

O presente relatório foi elaborado em harmonia com o estipulado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e em consonância com a alínea e) do nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterado pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, conjugado com a Resolução do Tribunal de Contas nº4/2001- 2ª Secção, que aprovou as Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais.

O Relatório de Gestão deverá ser remetido ao Tribunal de Contas, em conformidade com o n.º 28 do Anexo I – Documentos de Prestação de Contas, da Resolução n.º 6/2013- 2ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada na II Série do Diário da República, de 21 de novembro de 2013 e, de acordo com a Resolução n.º 27/2009 de 14.12.2009, relativa à Prestação de Contas por via eletrónica.

Dos conteúdos, objeto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, à situação financeira e patrimonial, relevando a execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2016.

Quanto à metodologia utilizada, foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal, são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

A organização patrimonial e a evolução entre exercícios são sumariamente descritas no Balanço Sintético, por analogia dos elementos patrimoniais e com respeito pela especialização dos exercícios. O Balanço caracteriza a situação patrimonial da Autarquia e compreende distintos agregados patrimoniais: o Activo, o Passivo e os Fundos Próprios.

No Activo são reconhecidos os bens e direitos do Município, abrangendo os acréscimos de proveitos e custos diferidos; no Passivo são identificadas as obrigações e responsabilidades perante terceiros, incluindo os acréscimos de custos e proveitos diferidos. Os Fundos Próprios representam o Património da Autarquia e abarcam o Património inicial, à data da elaboração do primeiro Balanço, acrescentado do Património adquirido através da actividade posterior, i.e., pelos Resultados Líquidos gerados.

Em matéria de reporte financeiro das contas consolidadas, importa referir que o mesmo será efetuado em documento individualizado, intitulado “Prestação de Contas Consolidadas – Relatório de Gestão”, considerando o regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que estabelece no seu artigo 76.º, n.º 2, que os referidos documentos são elaborados e aprovados pelo órgão executivo e submetidos a

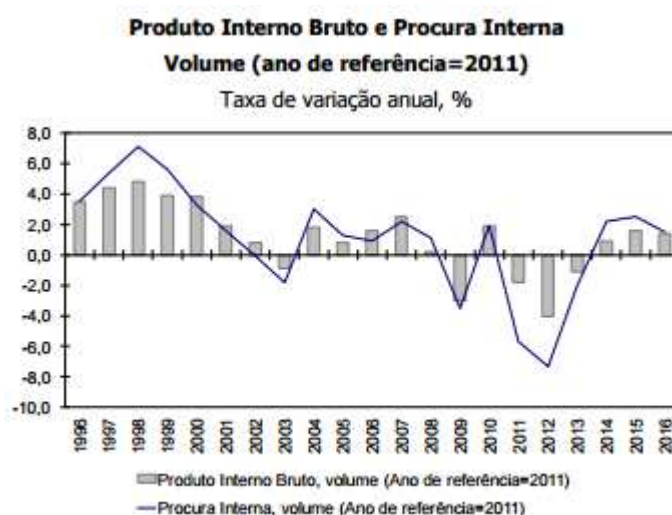
apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquela a que respeitam.

O mencionado preceito legal é desde já aplicável à prestação de contas consolidadas do exercício de 2016, razão por que se individualizou o respetivo documento de reporte, sem prejuízo de o mesmo poder ser aprovado conjuntamente com a Prestação de Contas Individuais.

Assim, em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2016, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município do Penafiel, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Enquadramento Macroeconómico

No ano de 2016, de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu cerca de 185 mil milhões de euros em termos nominais, tendo registado um aumento de 1,4% em volume, menos 0,2 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano anterior. O contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu, situando-se em 1,5 p.p. em 2016 (2,6 p.p. em 2015), refletindo, principalmente, a redução do Investimento e, em menor grau, o ligeiro abrandamento do consumo privado. A procura externa líquida passou de um contributo de -1,0 p.p. em 2015 para -0,1 p.p., em resultado da desaceleração das Importações de Bens e Serviços, mais acentuada que a das Exportações de Bens e Serviços. Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços aumentou para 1,2% do PIB (0,7% em 2015), beneficiando dos ganhos de termos de troca registados em 2016, ainda que inferiores aos de 2015.



Em 2016, o PIB registou um crescimento de 1,4% em termos reais (1,6% em 2015). A procura interna apresentou um contributo positivo menos intenso para a variação anual do PIB, passando de 2,6 p.p. em 2015 para 1,5 p.p., refletindo, em grande medida, a redução do Investimento em 0,9%. No mesmo sentido, destaca-se ainda o ligeiro abrandamento do

consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias).

Composição da variação em volume do PIB

	Taxa de variação anual (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Procura Interna	-7,3	-2,0	2,2	2,5	1,5
Exportações	3,4	7,0	4,3	6,1	4,4
Importações	-6,3	4,7	7,8	8,2	4,4
PIB	-4,0	-1,1	0,9	1,6	1,4

	Contributos para a taxa de variação do PIB (p.p.)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Procura Interna	-7,6	-2,0	2,2	2,6	1,5
Procura Ext. Liq.¹	3,6	0,8	-1,4	-1,0	-0,1
PIB	-4,0	-1,1	0,9	1,6	1,4

¹ - Procura Externa Líquida (Exportações líquidas de Importações)

- Eventuais diferenças resultam da não aditividade dos dados encadeados em volume e dos arredondamentos efetuados.

- 2012 a 2014: dados definitivos; 2015 e 2016: dados preliminares.

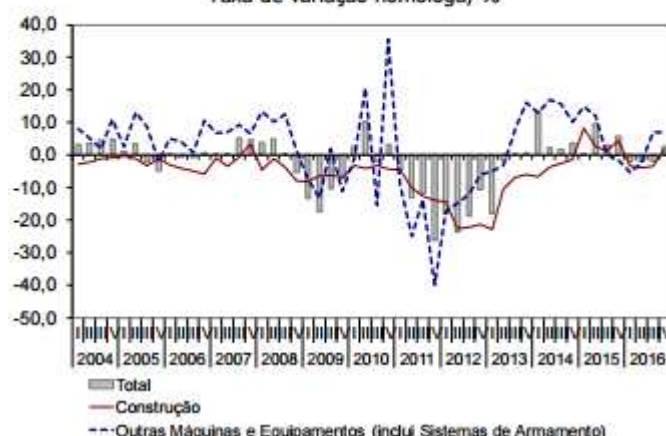
O emprego para o conjunto dos ramos de atividade registou uma variação de 1,6% em 2016, taxa 0,2 p.p. superior à verificada em 2015. Por sua vez, o emprego remunerado desacelerou em 2016, passando de um crescimento de 2,6% em 2015 para 2,1%.

Após registar variações homólogas negativas nos três trimestres anteriores, o Investimento em volume aumentou 2,6% no 4º trimestre. A FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) total passou de uma diminuição homóloga de 0,1% no 3º trimestre para um aumento de 3,9%, enquanto o contributo da Variação de Existência para a variação homóloga do PIB se manteve negativo (-0,2 p.p.), embora ligeiramente menos intenso que no 3º trimestre (-0,3 p.p.).

Investimento

Volume (Ano de referência=2011)

Taxa de variação homóloga, %



Principais Resultados

Apesar dos condicionalismos legislativos e económicos, como é o caso da participação mutualista no Fundo de Apoio Municipal, dos cortes sucessivos nas transferências directas do Estado, bem como a transição entre os quadros comunitários de apoio, o exercício de 2016 do Município do Penafiel apresenta resultados positivos, evidenciando um enorme reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Em termos sintéticos destacam-se:

- **A taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança, de 62%;**
- **Em resultado da aceleração da actividade económica, as receitas fiscais aumentaram 10,6%, cerca de 1.200.000€, fruto do aumento da cobrança de Derrama, que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, e IMT (Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis);**
- **A receita de capital, inferior em 36,8%, cerca de 1.500.000€ relativamente a 2015, pela falta de financiamento por via dos fundos comunitários dadas as restrições e indefinições do novo quadro comunitário de apoio 2014-2020, cuja execução apenas terá efeitos positivos a partir do ano 2017;**
- **Nas despesas corrente totais destaca-se a diminuição dos “Encargos com a Dívida”, na ordem dos 27,5%, e a redução das “Outras Despesas Correntes”, na ordem dos 48%, em relação ao ano económico de 2015;**
- **Excelente resultado na consolidação das finanças municipais com a redução da dívida do Município a terceiros em cerca de 5.000.000€, colocando o montante da dívida total no valor mais baixo dos últimos 12 anos;**
- **Na ótica patrimonial, destaque para o resultado líquido do exercício, cerca 4 milhões de euros, bem como para os resultados operacionais, financeiros e correntes positivos, uma evolução positiva generalizada;**
- **O Activo Líquido da CMP, a 31 de Dezembro de 2016, atingiu os 230,3 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos).**

II – ATIVIDADES

Nota Prévia

Em 2016, as prioridades do Município do Penafiel mantiveram-se fiéis às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, refletindo ainda opções e compromissos legitimamente assumidos em anos transatos que não podiam deixar de ser honrados.

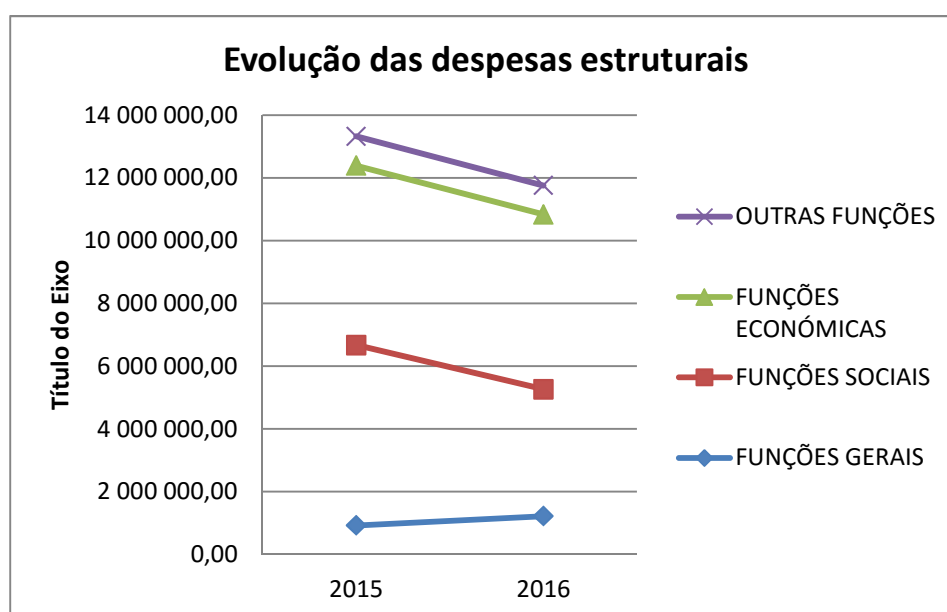
Despesas por objetivos

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano de Atividades Municipais (PAM).

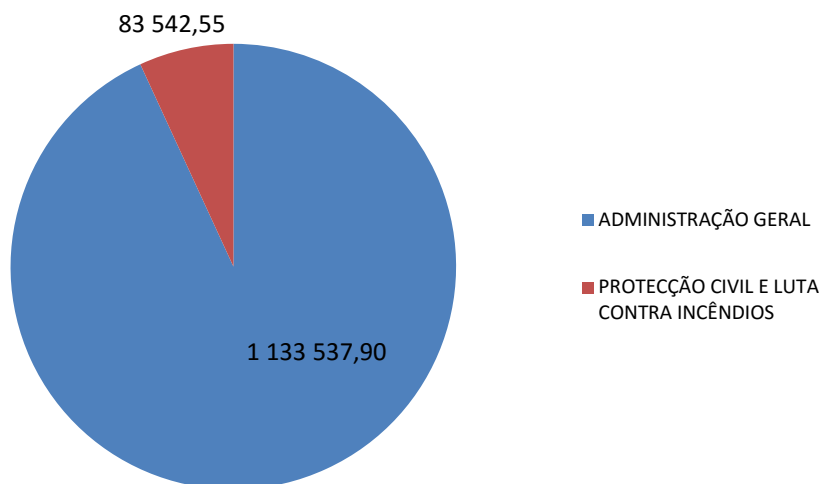
Grandes Opções do Plano	Dotação	Montante executado	% Execução
FUNÇÕES GERAIS	3 100 390,97	1 217 080,45	39,26%
FUNÇÕES SOCIAIS	9 515 218,94	4 046 740,31	42,53%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	12 748 670,59	5 570 722,93	43,70%
OUTRAS FUNÇÕES	925 000,00	922 152,84	99,69%
Total	26 289 280,50	11 756 696,53	44,72%

No PPI são discriminados os projectos e acções que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, o que não restringe à consideração das despesas classificadas como aquisição de bens de investimento. De notar que o POCAL determina a identificação das diferentes formas de realização dos projectos e acções a incluir no PPI.

O PAM é um documento auxiliar à gestão, enquadrado num formato idêntico ao do PPI, onde a autarquia inscreve as acções ou projectos que se relevem de interesse e possam ser destacados, apesar de implicarem despesas diferentes das de investimento.



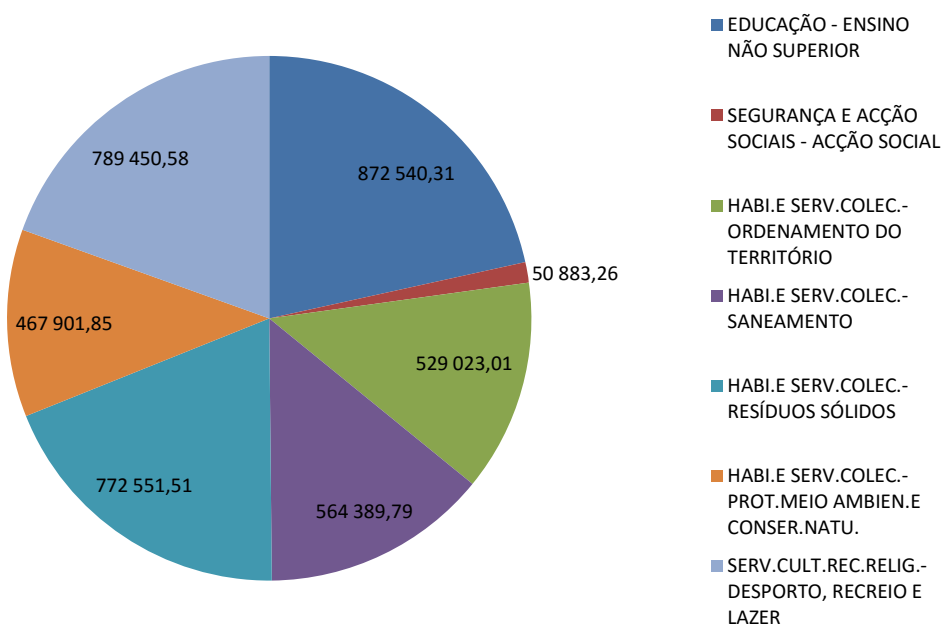
Funções Gerais



Destaques

- O Município de Penafiel, um dos municípios fundadores da Rede de Autarquias Participativas (RAP), lançou o seu Orçamento Participativo (OP), uma medida que pretendeu motivar a participação e colaboração dos munícipes em projetos interventivos no município em prol do bem-estar da população, permitindo a cooperação de todos no orçamento municipal. No total, seis projectos vão ser postos em prática a partir de Janeiro de 2017. O investimento da Câmara Municipal será superior a 248 mil euros. Dos cerca de 54 mil eleitores que existem no concelho, 13.545 votaram nas 31 propostas existentes;
- No âmbito do investimento, e dando seguimento à aposta do desenvolvimento em todas as freguesias do concelho, a Câmara Municipal investiu nos últimos 3 anos cerca de 1 milhão e 300 mil euros em património municipal, na aquisição de terrenos necessários para a concretização de várias obras espalhadas pelas freguesias do concelho, designadamente na Zona Industrial de Recezinhos, no alargamento da rede viária e com a construção de vários equipamentos como centros escolares, polidesportivos, parques de lazer, casas mortuárias, cemitérios, entre outros;
- No ano de 2016, a Câmara Municipal de Penafiel investiu cerca de 750.000€ em beneficiações, reparações e adaptações de prédios e edifícios municipais;
- Subsídios anuais para as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho de Penafiel no montante total de 72.500 euros.
-

Funções Sociais



Destaques

- Penafiel venceu o Prémio de Melhor Programação Cultural Autárquica 2016 atribuído pela Sociedade Portuguesa de Autores (SPA). O título de Melhor Programação Cultural Autárquica 2016 vem no seguimento da grande aposta em eventos culturais e da sua diversidade, envolvendo a comunidade e as diversas colectividades e associações do Concelho. Foram muitas as iniciativas desenvolvidas, como são exemplos a Escritaria, programação do Museu de Penafiel, Sentir o Verão, São Martinho, Agrival, Noite Branca, Corpo de Deus, Endoenças, Festa do Caldo de Quintandona, Auto dos Reis Magos, 3 de março (aniversário de elevação de Penafiel a cidade), Penafiel Cidade Natal, Cantar das Janeiras, entre muitas outras;
- A Câmara Municipal de Penafiel foi premiada pela primeira vez com a bandeira de “Autarquia Familiarmente Responsável”, atribuída pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, organismo criado no âmbito da Associação Portuguesa das Famílias Numerosas. Esta é a primeira vez que a Câmara Municipal de Penafiel, assim como o distrito e a região, é distinguido pela “bandeira verde” deste Observatório, que premeia autarquias comprometidas com políticas amigas das famílias com filhos, com a sua qualidade de vida e inclusão social. O Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis é uma iniciativa da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, em parceria com Instituto da Segurança Social. A seleção dos Municípios é feita com base em diversos critérios, entre os quais o apoio à maternidade e paternidade, apoio às famílias com necessidades especiais, serviços básicos, educação e formação, habitação e

urbanismo, transportes, cultura, desporto, lazer e tempo livre, cooperação, relações institucionais e participação social;

- À semelhança da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penafiel, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens mais antiga de Portugal, a Câmara Municipal de Penafiel vai criar a Comissão Municipal de Proteção ao Idoso de Penafiel – CMPIP, que irá centrar a sua atenção nos problemas das pessoas com idade superior a 65 anos, e pessoas em situação de dependência sem retaguarda familiar ou apoio institucional, independentemente da idade, que se encontrem em situação de risco. A CMPIP é composta por uma equipa de trabalho multidisciplinar, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida destes segmentos populacionais mais vulneráveis, através da articulação, informação e promoção dos seus direitos e da sua proteção. Esta Comissão será uma entidade de âmbito municipal, que colaborará com outras instituições dotadas de competências no apoio à população idosa, privilegiando a informação, promoção e cooperação com vista à resolução de problemas transversais que coloquem em risco a população idosa;
- O Contrato Local de Desenvolvimento Social 3G (Penafiel Social), promovido pela Câmara Municipal de Penafiel e Segurança Social, coordenado e executado pela Associação para o Desenvolvimento de Lagares, assinou uma parceria com 18 instituições. O Penafiel Social tem uma intervenção no concelho de Penafiel em diferentes áreas, quer ao nível do emprego, formação e qualificação, assim como na intervenção familiar, parental e na capacitação da comunidade e das instituições;
- A Câmara Municipal de Penafiel entregou os apoios financeiros atribuídos anualmente às associações culturais, desportivas, recreativas e sociais do concelho, num valor de cerca de 500 mil euros;
- O programa “Fruta Escolar” abrange mais de 4 mil alunos do 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar, e tem como objetivo a promoção de hábitos alimentares benéficos para a saúde das crianças e a redução de custos socioeconómicos, associados a regimes alimentares menos saudáveis. A fruta é distribuída duas vezes por semana, e contempla frutos como, maçã, pera, clementina, tangerina, laranja, banana, cereja, uvas, ameixa, pêsego, cenoura e tomate. Para o ano letivo 2016/2017, a medida foi alargada às crianças dos jardins de infância;
- O CPCJ de Penafiel assinalou os 25 anos de existência de apoio e protecção às crianças e jovens do Concelho. O auditório do Museu Municipal de Penafiel acolheu o IV seminário “Servir o superior interesse da criança”, organizado pelo Município de Penafiel e CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Penafiel;
- A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penafiel (CPCJ), em parceria com a Câmara Municipal de Penafiel, associou-se à iniciativa lançada pela Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) e promoveu ações de prevenção dos Maus Tratos na Infância e Juventude. Foram distribuídos laços azuis e cartazes pela comunidade e com lançamento de balões azuis pelos alunos do 4.º ano do Centro Escolar de Penafiel;

- No âmbito do protocolo celebrado com o Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo, a Câmara Municipal de Penafiel promoveu sessões de formação em suporte básico de vida nas Escolas EB2/3 de Penafiel n.º2 e Secundária Joaquim de Araújo;
- A cidade de Penafiel recebeu a 2.ª Semana Académica do ISCE Douro, instituição sediada em Penafiel e que conta com o apoio da Câmara Municipal;
- A Câmara Municipal de Penafiel realizou o VII Sarau das Atividades de Enriquecimento Curricular, no Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel, com a participação de cerca de 500 crianças e 90 professores das Atividades de Enriquecimento Curricular de várias escolas de diferentes Agrupamentos do concelho de Penafiel;
- Penafiel foi palco do “I Fórum Internacional África, Cooperação, Educação e Desenvolvimento” (FIACED), numa organização do Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro (ISCE), sedado em Penafiel e que contou com o apoio da Câmara Municipal de Penafiel. O Fórum contou com cerca de 100 participantes no FIACED, académicos de diversas universidades africanas, provenientes de vários países, entre os quais Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, Gabão, e também de Taiwan, Colômbia, Espanha além de Portugal;
- No âmbito da comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a Câmara Municipal de Penafiel e o Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo inauguraram a Sala de Unidade Especializada de Apoio à Multideficiência, na Escola Básica Penafiel Sul;
- Foi inaugurada, na freguesia de Irivo, em Penafiel, a Escola Profissional e Tecnológica Profensino, cujo objectivo é implementar soluções educativas e formativas adaptadas às reais necessidades da região do Vale do Sousa apostando na formação ajustada ao tecido empresarial local e regional;
- O Dia dos Avós voltou a ser assinalado de forma especial em Penafiel. Os avós do concelho participaram em diversas atividades como aulas de zumba, ginástica, momentos musicais, apresentação de livros, missa solene e mega piquenique;
- Escorregas gigantes atraíram centenas de participantes no primeiro “Water Slide Summer Penafiel”, em pleno coração de Penafiel, numa iniciativa inserida na programação “Sentir o Verão”;
- Em Bustelo, a Câmara Municipal de Penafiel realizou obras de requalificação e adaptação do piso -1 da Escola, criando uma sala polivalente equipada com instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzidas. Também os arranjos exteriores foram alvo de intervenção;
- A Câmara Municipal de Penafiel construiu um Parque de Lazer, em Cabeça Santa, constituído por um parque de estacionamento, parque de merendas e parque infantil. Este novo equipamento vai proporcionar momentos lúdicos e de lazer à população e visitantes desta freguesia;

- A Câmara Municipal de Penafiel inaugurou novos equipamentos na freguesia de Castelões. No total foram inauguradas três obras, o Espaço do Cidadão de Castelões, a ampliação do Cemitério Paroquial e a Casa Mortuária e respetivos arranjos exteriores;
- A Câmara Municipal de Penafiel vai criar uma nova área de lazer e um edifício de apoio ao cais de Entre-os-Rios, localizado na freguesia de Eja. As obras de intervenção, na margem direita do rio Tâmega, abrangem uma área com cerca de 2000 m², e têm como objetivo a criação de um novo edifício de apoio aos visitantes com instalações sanitárias, balneários. Também será executado um parque infantil, área de merendas e a capacidade de estacionamento vai ser ampliada, de forma a melhorar as condições de utilização deste espaço público de lazer;
- Inauguração da Casa Mortuária de Urrô, na freguesia de Guilhufe e Urrô. Situada nas imediações da Igreja e próximo do cemitério, está adequada às necessidades de mobilidade, segurança e conforto das populações com a criação de espaços verdes e pedonais, envolventes ao edifício. Estão também a decorrer as obras do Centro de Dia e ATL da Associação de Desenvolvimento da Freguesia de Guilhufe e Urrô, uma obra apoiada pela Câmara Municipal de Penafiel;
- A Câmara Municipal de Penafiel inaugurou o novo Espaço do Cidadão em Irivo, localizado nas instalações da sede da Junta de Freguesia;
- Estão a decorrer as obras para a construção do Centro Cívico de Luzim, na freguesia de Luzim e Vila Cova. A intervenção tem como objetivo criar um novo espaço urbano, evidenciando as potencialidades recreativas e lúdicas daquele local com o centro religioso de Luzim;
- Inauguração da requalificação das piscinas ao ar livre do Complexo Municipal de Penafiel, um novo espaço de lazer, totalmente remodelado, com cerca de 5000m², num investimento da Autarquia a rondar os 300 mil euros. A intervenção nas piscinas exteriores do Complexo Municipal de Penafiel estabeleceu 3 zonas funcionais associadas a diferentes espaços de apoio. A zona de banho é composta por dois tanques, piscina de adultos e crianças, num total de cerca de 400m² de plano de água e cerca de 800m² de cais pavimentado;
- O Município de Penafiel assinou um protocolo com o Ministério da Educação para a requalificação da Escola D. António Ferreira Gomes, em Penafiel. As obras de requalificação, no valor de 1,5 milhões de euros, serão comparticipadas por fundos comunitários, onde 7,5% do investimento total será assegurado pela Câmara Municipal de Penafiel. O protocolo estabelecido vai permitir a requalificação da Escola D. António Ferreira Gomes em 2017/2018;
- O Município de Penafiel vai requalificar o Recreatório Penafidelense, espaço dedicado à dinamização de atividades culturais, sociais e de interesse público, situado na Rua Direita, no centro da cidade. A oficialização decorreu na cerimónia

de assinatura do protocolo entre o Município de Penafiel e a Comissão Fabriqueira da Paróquia de Penafiel, representada pelo Reverendo Padre Paulo Jorge;

- O Presidente da Câmara Municipal de Penafiel e o Presidente da Junta de Freguesia de Peroselo oficializaram o lançamento da obra do polidesportivo da freguesia de Peroselo. Os executivos inauguraram ainda a Rua do Entroncamento, que passou a chamar-se Rua Noé da Rocha Ferreira, em homenagem ao antigo Presidente da Junta de Freguesia;
- A Câmara Municipal de Penafiel inaugurou a requalificação do Centro Cívico de Rans, do qual fazem parte as obras da Praça do Poder Local e a Avenida Dr. Avelino de Sousa Soares. A requalificação do Centro Cívico de Rans permitiu criar um novo ponto de convergência, no acesso ao edifício da junta, igreja e cemitério. A Avenida Dr. Avelino de Sousa Soares foi alvo de intervenção, com enfoque no espaço amplo em frente ao edifício da junta de freguesia, criando uma nova praça (Praça do Poder Local), bem como, uma área verde e de lazer;
- Obras de intervenção na EB1/JI de Cans, em Rio de Moinhos, com o objetivo de requalificar coberturas e fachadas, com a substituição integral da cobertura de fibrocimento com amianto, por painel tipo sandwich. A eficiência energética do edifício também vai ser melhorada, e o recreio coberto ampliado com a construção de um passadiço na ligação à entrada principal da escola;
- Em Rio Mau, assinado contrato de compra e venda da Casa da Sobreira. Este edifício histórico, que ficará agora ao serviço do Município de Penafiel, servirá a comunidade de Rio Mau com equipamentos públicos;
- A Câmara Municipal de Penafiel está a intervir na EB 1/JI de S. Mamede de Recezinhos criando novos espaços de ensino – reformulação da sala de aula e infantário, instalações sanitárias, áreas administrativas e uma nova cozinha/cantina;
- A requalificação da Escola EB1/JI S. Martinho de Recezinhos tem como objetivo criar uma nova e sofisticada cobertura e fachadas exteriores com a substituição do material de revestimento existente e a introdução de materiais que melhorem a resistência térmica. Ao nível dos arranjos exteriores, toda a área de recreio será intervencionada com o nivelamento de cotas de terreno e com a construção de campo de jogos e parque infantil;
- A Câmara Municipal de Penafiel, a Associação para o Desenvolvimento de Lagares (APDL) e a Junta de Freguesia de Lagares e Figueira, com o apoio do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), da Unidade de Intervenção, da Guarda Nacional Republicana, os Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa e o Grupo de Caçadores de Canelas, comemoraram o Dia Internacional das Florestas, efeméride inserida nas comemorações do 25.º Aniversário da APDL;
- A Câmara Municipal de Penafiel firmou um protocolo de cedência de espaço da cantina da antiga Escola Primária de Entre-os-Rios, para a Associação Sou da “Rua”, na freguesia de Eja, uma organização sem fins lucrativos que tem como

objetivo desenvolver atividades de caráter lúdico, recreativo e cultural destinado a toda a população de Entre-os-Rios;

- O ACES do Tâmega II – Vale do Sousa Sul, em Penafiel, recebeu os novos médicos de família que foram distribuídos nas Unidades de Saúde de Abragão, Galegos e Rio de Moinhos. A partir do mês de agosto de 2016, as Unidades de Saúde de Penafiel (Abragão, Galegos e Rio de Moinhos), Paredes e Castelo de Paiva passaram a dispor dos seus utentes sete novos médicos de família. Desta forma, o concelho de Penafiel passou a ter cobertura total destes profissionais de saúde em Medicina Geral e Familiar. A Região de Saúde do Norte passou a ter mais de 68 especialistas em Medicina Geral e Familiar;
- O Município de Penafiel apoia um projeto de saúde pioneiro e disponibiliza a todos os seus cidadãos seniores que estejam ou frequentem IPSS's, testes gratuitos, com tecnologia inovadora, para diagnóstico de cancro oral. A tecnologia foi reconhecida através de vários prémios a nível nacional, tendo vencido o Prémio Jovem Empreendedor da ANJE em 2014, o concurso Arrisca C – Planos de Negócio da Universidade de Coimbra e o concurso Acredita Portugal na categoria de Alta Tecnologia em 2015;
- A Associação Empresarial de Penafiel, em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel, promoveu a VII Edição da Feira da Saúde, no Jardim do Calvário, em Penafiel;
- O auditório da Associação Empresarial de Penafiel recebeu, no âmbito de iniciativa de sensibilização sobre a problemática do *bullying*, a peça de teatro “Bullying – uma história de hoje”, interpretado por “ContraPalco Produções de Teatro”, numa organização do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Penafiel;
- A Cidade de Penafiel acolheu cerca de 140 mil pessoas vestidas de branco na 5.^a edição da “Noite Branca”, numa organização da Câmara Municipal de Penafiel e da ADISCREP (Associação para o Desenvolvimento de Penafiel);
- A Escola de Dança “Merenguita - Dança de Salão” e a Escola “Dança de Salão José Torres”, em parceria com a APPDSI – Associação Portuguesa de Professores de Dança de Salão Internacional e a Câmara Municipal de Penafiel, organizaram o Campeonato Danças de Salão - 1.^o Festival Prof. Toni Pinto, no Pavilhão Municipal Fernanda Ribeiro, em Penafiel. Este campeonato contou com a presença de Dorin Frecautanu e Marina Sergeeva, par internacional de danças latino-americanas, finalistas do Campeonato do Mundo e da Europa em 2014 e 2015, que atuaram pela primeira vez em Portugal, na abertura das Finais do Campeonato de Danças de Salão, em Penafiel;
- O Clube Penafidelense Automóveis Antigos, com o apoio da Câmara Municipal de Penafiel, organizou, no Parque da Cidade, a 1.^a edição do “Penafiel Revival”, uma iniciativa dedicada aos Automóveis Antigos e com um programa diversificado;

- O Município de Penafiel recebeu milhares de motociclistas no âmbito da 20.^a edição do “Dia Nacional do Motociclista”, uma organização da Federação Motociclismo de Portugal e que contou com o apoio da Câmara Municipal de Penafiel e do Moto Clube Vale do Sousa;
- A Câmara Municipal de Penafiel comemorou o 110.^o aniversário do nascimento de D. António Ferreira Gomes, penafidelense e Bispo do Porto. No âmbito da homenagem prestada, o General Ramalho Eanes e o Bispo Emérito D. Manuel Martins participaram na conferência “D. António Ferreira Gomes: o combatente ousado da liberdade positiva do Homem e da democracia de libertação”, que decorreu no auditório do Museu Municipal;
- A Câmara Municipal de Penafiel e a Confraria do Melão Casca de Carvalho, em colaboração com a Associação de Produtores de Melão e Hortícolas do Vale do Sousa, a ADISCREP e a Cooperativa Agrícola de Penafiel organizaram o 1.^o Festival Melão Casca de Carvalho, no Largo da Ajuda. O 1.^o Festival Melão Casca de Carvalho contou com a presença de alguns dos melhores produtores de melão de casca de carvalho. Para além do melão, a Adegas Cooperativas de Penafiel também esteve presente com vinho fresco da região;
- A Câmara Municipal de Penafiel promoveu, de junho a setembro, mais de 100 espetáculos e iniciativas no âmbito do programa “Sentir o Verão”, numa organização em parceria com 14 entidades do concelho;
- Penafiel recebeu a 7.^a edição do Festival Ignition, organizado pela Câmara Municipal de Penafiel, e produzido pela Cosmonaut, que une a música, a natureza e a arquitetura num só espaço, na Quinta do Carrazedo, em Santiago – Penafiel. Entre a espiga e o palheiro, com o verde como pano de fundo, abriram-se as cortinas para o universo alternativo, numa aposta na música nacional emergente e na estreia de bandas internacionais em território português;
- Na edição 2016 do Escritaria, Penafiel homenageou a vida e obra de Alice Vieira, escritora portuguesa de livros infantis e juvenis. A cidade transformou-se num local de letras e histórias para (re)ler e descobrir o universo da escritora. Exposições diversas, teatro de rua, conferências, música, momentos de leitura e lançamento de livros foram algumas das diversas iniciativas que marcaram a Escritaria deste ano, sem esquecer os objetos que contaminaram uma cidade inteira, ao interagir com leitores e transeuntes;
- No dia 23 de setembro, o Museu Municipal de Penafiel recebeu o encontro “Comunidades e Culturas em Diálogo”, inserida no programa internacional das Jornadas Europeias do Património. Esta iniciativa foi organizada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Departamento de Ciências e Técnicas do Património), em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel, o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória») e a Câmara Municipal de Sabrosa. Para além do debate, também foi assinado um protocolo de doação do espólio da fundição de alumínio Rodrigo Ribeiro de Magalhães, Lda, ao Museu Municipal de Penafiel. Durante as Jornadas foram abordados temas como

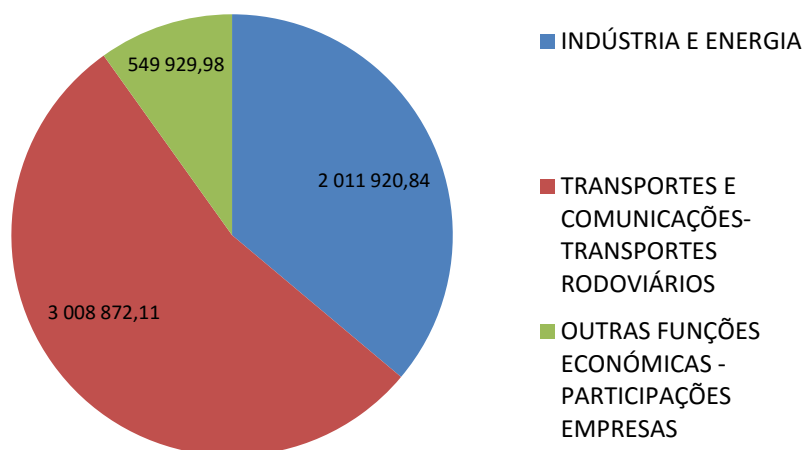
património, museus e comunidades (relações de integração e desenvolvimento) e ainda “Penafiel, comunidades e culturas”.

- Decorreu, no Museu Municipal de Penafiel, a exposição “Fuga do Caos e do Abismo”, de Graça Morais, um dos maiores nomes da pintura portuguesa com reconhecimento nacional e internacional;
- Teve lugar o 1.º Festival de Teatro “Sentir Penafiel”, no Centro de Convívio e Cultura de Penafiel. Na ocasião, homenagem a Júlio Cardoso, ator e encenador português que já recebeu vários prémios pelo desenvolvimento do seu trabalho no meio artístico;
- A Câmara Municipal de Penafiel relançou o projeto “PROMOVIE Penafiel – Festival de Curtas”, um programa de cariz cultural, desenvolvido pelo Pelouro da Juventude, mas que acaba por ser transversal a várias áreas. Todos os trabalhos premiados serão exibidos numa das salas do Cinemax, de forma esporádica e aleatória, durante o ano de 2017, nos minutos que antecedem o início de um filme de cartaz;
- O Concelho de Penafiel foi palco de vários eventos internacionais de desporto motorizado, numa organização a cargo do “Extreme Clube Lagares” e “Melicias Team”. A 13.ª edição Extreme xL Lagares realizou-se nos dias 17, 18 e 19 de junho, com o prólogo na cidade do Porto, seguindo-se um troço cronometrado entre Gondomar e Valongo. O terceiro dia da prova, o *main event* passou por Lagares e Capela, em Penafiel. No dia 4 de dezembro decorreu em Figueira, na freguesia de Lagares e Figueira, a última prova do Troféu Luso Galaico de Mota de Monte. Para além da classificação individual, a prova Enduro Sentir Penafiel (Enduro das Regiões) contou também com classificação por cidades. A organização promoveu ainda no dia 26 de junho a mítica “Subida Impossível”;
- A 37.ª edição das Agrival ficou, uma vez mais, marcada pelo sucesso, com novos recordes de visitas e de volume de negócios. Ao longo de 10 dias, a edição registou mais de 140 mil visitantes e gerou cerca de 10 milhões de euros de volume de negócios. Também os momentos de cultura e entretenimento marcaram a 37.ª edição da Agrival, com atuações de diversos ranchos, grupos de cantares e alguns dos artistas mais sonantes da música portuguesa;
- A cidade de Penafiel reviveu a tradicional Feira de S. Martinho, uma das maiores feiras comerciais do distrito do Porto que atrai milhares de visitantes de todo o país. O S. Martinho, padroeiro da cidade de Penafiel, dá o nome a esta feira que continua a ser uma verdadeira mostra de produtos variados. A edição 2016 do S. Martinho contou ainda com transmissões televisivas a nível nacional e difundidas a nível internacional;
- Durante três dias, a 10.ª edição da Festa do Caldo de Quintandona, transformou a Aldeia Preservada de Quintandona, na freguesia Lagares e Figueira, com muita gastronomia, artesanato e animação. O evento contou com mais de 50 espetáculos, e os visitantes superaram, mais uma vez, os números das últimas edições. A gastronomia, como anfitriã desta festa, foi a atração de milhares de visitantes que

procuraram as boas iguarias, como os caldos tradicionais, o cozido à portuguesa, feijoada, papas, porco assado no espeto, bifanas, leite creme e sopas secas. Em comemoração do 10.º aniversário da Festa do Caldo, foram entronizados 37 confrades na nova Confraria do Caldo de Quintandona;

- O Município de Penafiel assinalou a secular celebração das “Endoenças de Entre-os-Rios”, efeméride inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, na sequência da proposta elaborada pelo Museu Municipal de Penafiel. As Endoenças constituem um evento de turismo religioso ímpar, no qual milhares de tigelinhas iluminam as duas margens do rio Tâmega, a freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão (Marco de Canaveses), o lugar de Entre-os-Rios (Penafiel) e ainda o lugar de Boure na margem esquerda do rio Douro, pertencente ao concelho de Castelo de Paiva, lugares que constituem antigo Couto de Entre-os-Rios. Esta procissão é também acompanhada por “Barcos de Fogo” junto ao rio;
- A Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP), em parceria com a Associação de Turismo da Aldeia (ATA) e a Câmara Municipal de Penafiel, apresentou, na Aldeia de Quintandona, o guia “Aldeias Norte de Portugal”. Através deste projeto a TPNP pretende promover os recursos turísticos existentes no território, assim como a economia local, e combater a sazonalidade turística. Ao mesmo tempo, a ATA procura distinguir as aldeias rurais de excelência como um “produto turístico único e inimitável”, mais personalizado, que valoriza a hospitalidade, o lazer e as tradições, proporcionando aos seus visitantes a “experiência da ruralidade”. São cerca de 80 aldeias, ao longo de quase 100 páginas, com o carimbo de qualidade “Aldeias Norte de Portugal” que se encontram de portas abertas para receber os visitantes.

Funções Económicas



Destaques

- A consultora internacional Bloom Consulting continuou a eleger Penafiel como o melhor concelho para viver da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega. Os dados apresentados colocam Penafiel entre as marcas mais valiosas da região Norte. A Bloom Consulting realizou o estudo “Portugal City Brand Ranking”, abrangendo 308 municípios portugueses. Este estudo inclui variáveis como o crescimento empresarial, a taxa de ocupação hoteleira, a criação de novas empresas, o índice de criminalidade, o poder de compra, os serviços de saúde por habitante ou a oferta cultural, entre outros;
- O Município de Penafiel foi pioneiro na adoção de medidas que beneficiam as famílias com mais filhos, por exemplo, nos descontos nos tarifários de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e no apoio ao arrendamento. A Câmara também tem desenvolvido várias ações no que diz respeito à atração de investimento e criação de emprego. Depois de a Câmara Municipal de Penafiel ter solicitado uma atualização dos coeficientes de localização às Finanças, foi comunicado em Diário da República, a revisão do valor fiscal dos prédios a nível nacional, tendo Penafiel registado uma redução nos coeficientes do valor fiscal em habitações, de 0,05, e no comércio, de 0,10;
- A Câmara de Penafiel assinou protocolos com três empresas na área das telecomunicações (call center), saúde (hospital privado) e empresa de artigos desportivos. Estas empresas vão criar 400 postos de trabalho no concelho de Penafiel, no âmbito da aposta do Município na atração de investimentos e criação de emprego;
- A Câmara Municipal de Penafiel inaugurou vários equipamentos na Vila de Abragão, momento inserido nas comemorações do 15.º aniversário da elevação a categoria de Vila. No total foram inaugurados 6 equipamentos, o posto de atendimento ao cidadão e a requalificada sede da Junta de Freguesia, assim como a pavimentação das Ruas do Pereiro, Lameirinho, Salgueirinho e Avenida do Paraíso;
- Em Abragão, beneficiação da E.M.588 entre a E.N.320 até ao Largo de Miragaia. A obra teve como objetivo a pavimentação a betuminoso, beneficiação da rede de águas pluviais e colocação de sinalização horizontal;
- A Câmara Municipal de Penafiel, em parceria com a Junta de Freguesia de Boelhe, realizou várias obras na freguesia, no Lugar de Carvalhinhos e a renovação da rede de abastecimento de água, beneficiação de águas pluviais e reposição da pavimentação em cubos na Rua da Fonte, assim como o desvio de águas pluviais e pavimentação da Rua das Escolas, entre outras obras. Está já em curso a primeira fase da obra do Multiusos;
- Na freguesia de Bustelo, a Rua Santo António de Segade também foi pavimentada a cubos, melhorando a circulação automóvel, naquela zona da freguesia;

- Em Canelas, beneficiação de muro na Rua da Granja à Avenida do Pinheiro e construção de condutas de águas pluviais na Rua da Ufe;
- Obras de beneficiação do Caminho Municipal que liga o Lugar de Cabroelo à Rua da Agra, na freguesia da Capela. A intervenção tem como objetivo principal pavimentar a Rua, melhorando a acessibilidade viária;
- Na Freguesia de Croca, obras de construção da Rua Nova de S. João, em Pedrantil. Este projeto criou também espaços verdes, passeios e uma faixa de pedra de chão vermelho, junto das guias, que serve de orientação para pessoas com dificuldade visual. Face aos desníveis de cotas referentes às entradas para as habitações, a Câmara Municipal assegurou os arranjos das entradas das habitações, com a construção de rampas e escadas de acesso. Também estão a decorrer obras de intervenção com objetivo de melhorar a acessibilidade ao Cemitério, com a construção de um arruamento, passeios e rede de drenagem de águas pluviais. A obra de ampliação do cemitério está agora em condições de se iniciar;
- Em Duas Igrejas, requalificação da Rua da Liberdade, obra inscrita no plano plurianual da Câmara Municipal, melhorou a circulação automóvel com a aplicação de camada betuminosa, numa extensão aproximada de 2500 metros. Foram também executados alguns muros de suporte de forma alargar a faixa de rodagem em zonas pontuais, bem como a beneficiação dos aquedutos existentes e execução de sinalização horizontal;
- Na freguesia de Eja, a Rua Maria de Belém Valente e Rua das Oliveiras foram pavimentadas a betuminoso, e a rede de drenagem de águas pluviais também foi alvo de intervenção;
- Na freguesia de Fonte Arcada, foram beneficiados os passeios na E.M.592 entre a Av.19 de Março e a Rua das Cavadas, assim como até à Rua da Quintela. Estas obras têm como objetivo construir passeios para garantir a segurança dos peões, bem como a execução de rede de águas pluviais;
- Com o objetivo de criar circuitos pedonais seguros para os peões foram construídos passeios na E.N. 106-3, entre o cruzamento das Alminhas e a Rua do Monte, numa extensão de cerca de 900 metros. A Rua da Ribeirinha e a Travessa do Monte, situadas em Galegos, também foram pavimentadas a cubos, melhorando a rede viária neste ponto da freguesia;
- Requalificação da E.N.106-3 entre Galegos e Paço de Sousa. A requalificação teve como finalidade a pavimentação da E.N.106-3 a betuminoso, construção de passeios, beneficiação da rede de águas pluviais e sinalização horizontal. Refira-se que esta estrada faz parte da rede de estradas municipais;
- A futura Casa Mortuária de Lagares e Figueira, situada ao lado do cemitério, vai albergar 5 salas e garantir a ligação a todas as infraestruturas e redes existentes. Ainda no âmbito da parceria com a Junta de Freguesia, obras da pavimentação dos

passeios na Estrada Nacional 319 e da construção do muro que faz ligação ao Caminho do Sena;

- A Câmara Municipal vai realizar, em Vila Cova, obras de intervenção e alargamento da Rua do Bairral, que liga a Igreja à E.N.312, repavimentando a acessibilidade viária a cubo;
- A Câmara Municipal de Penafiel vai construir uma rotunda no cruzamento da Avenida Central de Oldrões com a Rua Padre Antídio Coelho de Sousa e a Rua Padre Lopes Coelho, na freguesia de Oldrões. Atualmente este cruzamento é considerado um ponto crítico da rede viária do concelho e em particular da EN 106, a nível da segurança rodoviária. A construção desta rotunda tem como objetivo principal proporcionar melhores condições de acessibilidade e mobilidade no cruzamento em questão;
- A Câmara Municipal de Penafiel está a realizar obras de beneficiação na Rua 20 de Junho, em Paço de Sousa, pavimentando a betuminoso a zona envolvente à escola EB2/3 de Paço de Sousa. Também estão a ser executados passeios, colocação de sinalização horizontal, e a rede de águas pluviais também está a ser beneficiada. Também na Rua da Casa do Gaiato vai ser construído um coletor de águas pluviais;
- Em Novelas, a Câmara Municipal de Penafiel procedeu à pavimentação a betuminoso da ligação entre a Zona Industrial n.º2 e a E.N. 106. Também foram construídas valetas para a drenagem de águas pluviais;
- A Rua 5 de outubro, localizada em Santiago de Subarrifana, está a ser beneficiada com o objetivo de se pavimentar o arruamento a betuminoso, construir passeios, melhorar a drenagem de águas pluviais e colocar sinalização horizontal;
- A Rua Futebol Clube de Penafiel foi pavimentada a betuminoso, a rede de drenagem de águas pluviais também foi beneficiada e procedeu-se à colocação de sinalização horizontal;
- Está a decorrer a beneficiação da Rua do Moinho, na freguesia de Peroselo, com o objetivo de pavimentar a rua a betuminoso, melhorar a rede de drenagem de águas pluviais e proceder à colocação de iluminação pública;
- Para melhorar a acessibilidade viária, procedeu-se à pavimentação a cubos na Rua de S. João até ao acesso à Igreja. A rede de drenagem de águas pluviais também foi melhorada, neste local da freguesia de Rio Mau;
- A Rua Senhora do Monte, localizada na freguesia de Sebolido, foi alvo de intervenção pavimentando-se o arruamento a betuminoso e melhorando o sistema de drenagem de águas pluviais. Também se procedeu à colocação de sinalização horizontal;

- 2.ª fase da requalificação urbanística na E.N.106, na freguesia de Termas de S. Vicente, junto ao Hotel. As obras têm como objetivo melhorar as condições de acessibilidade, dando continuidade à requalificação dos passeios existentes;
- O maior investimento Municipal está a decorrer nas terras de Recezinhos com a construção da Zona Empresarial/Industrial. A Câmara Municipal de Penafiel vai criar uma nova Zona Empresarial/Industrial, em Recezinhos, numa área de 13,73 ha, localizada na zona norte do concelho. A nova zona industrial corresponde à aposta que o Município de Penafiel tem vindo a realizar na captação de investimento e empresas;
- A Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Valpedre inauguraram a pavimentação e beneficiação da Rua de Mesão Frio e a remodelação da sede da Junta de Freguesia. As obras efetuadas na sede da Junta de Freguesia permitiram a remodelação total do edifício, criando ainda um salão nobre e uma sala de atendimento ao público. A nova Rua de Mesão Frio, que liga a E.M. 591 à E.M. 590, foi pavimentada a cubos, melhorando os acessos, a circulação automóvel e pedonal. Foram também beneficiados os aquedutos existentes e a zona envolvente ao tanque;

Outras Funções



Destaques

- Transferências para Juntas de Freguesia no seguimento dos acordos de execução;

TRANSFERÊNCIAS PARA JUNTAS DE FREGUESIA	Valor Anual
Transferências Municipais	922 152,84

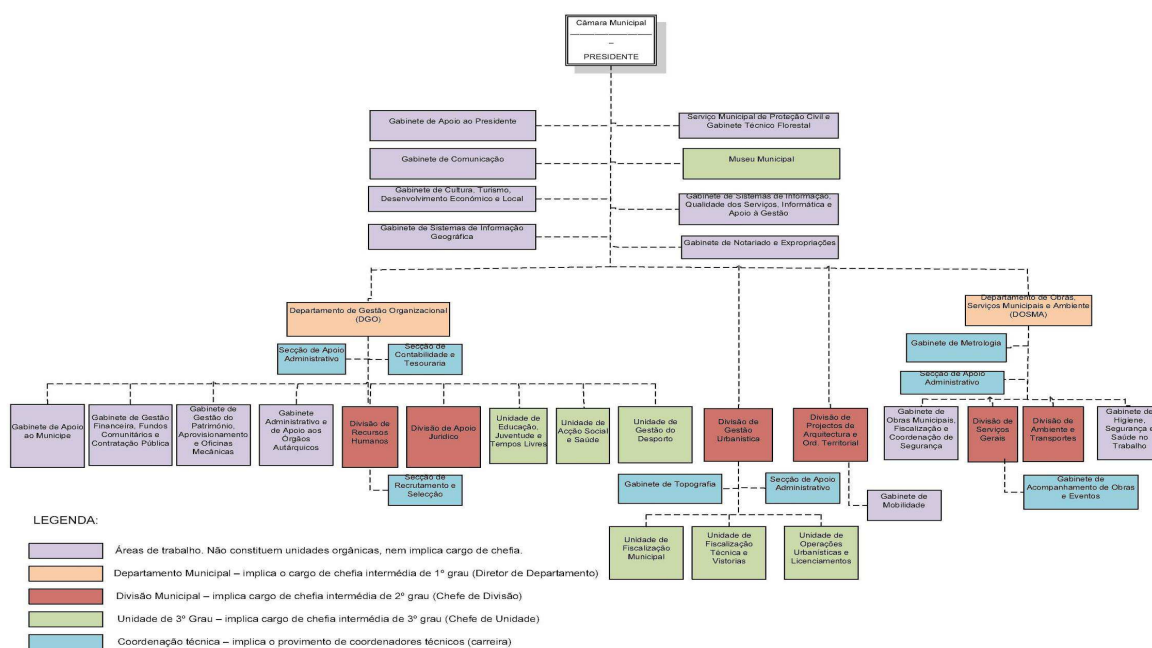
Mapa resumo da evolução das Grandes Opções do Plano (PPI e PAM)

Objectivo/Programa	2015	2016	Variação
FUNÇÕES GERAIS	920 916,32	1 217 080,45	32,16%
FUNÇÕES SOCIAIS	5 752 554,00	4 046 740,31	-29,65%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	5 714 046,88	5 570 722,93	-2,51%
OUTRAS FUNÇÕES	937 152,84	922 152,84	-1,60%
TOTAL	13 324 670,04	11 756 696,53	-11,77%

No ano económico de 2016 registou-se um reforço de investimento nas funções gerais do município. Verifica-se uma redução do nível de investimento nas funções sociais e económica, na ótica das Grandes Opções do Plano, fruto da ausência de financiamento por via dos fundos comunitários dadas as restrições e indefinições do novo quadro comunitário de apoio 2014-2020, cuja execução dos projectos já aprovados apenas terá efeitos positivos a partir do ano 2017.

III - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Estrutura Organizativa



Recursos Humanos

A crise económica e financeira que assolou o país, com particular incidência nos anos que se seguiram a 2012, tem condicionado fortemente a gestão de pessoal nos organismos da Administração Pública portuguesa, com reflexos significativos, também, na Administração Local.

Durante esses anos, a tendência generalizada, apoiada em normas restritivas muito rígidas, apontaram não só no sentido de um total constrangimento em matéria de novos recrutamentos, como ainda para a diminuição do número de efectivos humanos ao serviço

da Administração Pública. Essa tendência, apesar de aligeirada no ano de 2016, continuou contudo a marcar o posicionamento nesta matéria por parte dos órgãos e serviços, que mantiveram uma posição de contenção em matéria de novos recrutamentos.

Foi também nesta linha de conduta que a Câmara Municipal de Penafiel prosseguiu a sua actuação ao longo do ciclo de gestão de 2016. Como habitualmente e para assegurar as actividades de enriquecimento curricular, o Município procedeu ao recrutamento dos técnicos necessários para a actividade lectiva. E tal como em anos anteriores, acentuou-se, ainda que de forma mais ligeira, o fluxo de saída de trabalhadores.

A componente da formação continuou a ser encarada em 2016 como uma vertente de importância capital para o desenvolvimento e crescimento profissional dos trabalhadores do município.

No tocante às movimentações do Mapa de Pessoal da autarquia verificou-se a abertura de procedimento concursal para a admissão de:

- Contrato a termo resolutivo, a tempo parcial: 74 Professores para o exercício de Actividade de Enriquecimento Curricular (AEC's), sendo 19 para leccionar Inglês, 29 para leccionar a Actividade Física e Desportiva e 25 para o Ensino da Música e/ou expressão Musical, com horários de 06 horas, com vista ao ano lectivo de 2015/2016.

Relativamente ao movimento de entradas, verificou-se o seguinte durante o ano de 2016:

- 75 Professores para o exercício de Actividade de Enriquecimento Curricular (AEC), sendo 74 a termo certo e 1 a termo incerto;
- 2 Regressos de Licença sem Remuneração;
- 1 Consolidação de Mobilidade interna inter-serviços;
- 6 Estágios PEPAL – Programa de Estágios na Administração Local

No tocante a saídas de efectivos, registaram-se em 2016 as saídas de um total de 115 trabalhadores pertencentes ao Mapa de Pessoal:

- 103 por caducidade do contrato;
- 4 por aposentação;
- 1 por óbito;
- 1 Mobilidade interna inter-serviços;

Verificaram-se, ainda, as seguintes movimentações relativas a licenças sem remuneração, previstas no artº 280ª da Lei nº 35/2014, de 20 de Junho.

- 2 situações de pedido de licença por 11 meses
- 1 situação de pedido de licença por 16 dias

Foi renovada a comissão de serviço do Chefe da Divisão de Recursos Humanos, com efeitos a partir de 3 de Setembro.

Em matéria de formação profissional, como meio e garantia de reforço das competências de trabalho dos trabalhadores ao serviço do município, no ano de 2016 estiveram envolvidos um total 47 funcionários da autarquia, num universo de 32 acções de formação, a que correspondem 626 horas de formação.

IV – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE PATRIMONIAL

Balanço Sintético

A organização patrimonial e a evolução entre exercícios são sumariamente descritas no Balanço Sintético, por analogia dos elementos patrimoniais e com respeito pela especialização dos exercícios.

O Balanço caracteriza a situação patrimonial da Autarquia e compreende distintos agregados patrimoniais: o Activo, o Passivo e os Fundos Próprios.

No Activo são reconhecidos os bens e direitos do Município, abrangendo os acréscimos de proveitos e custos diferidos.

No Passivo são identificadas as obrigações e responsabilidades perante terceiros, incluindo os acréscimos de custos e proveitos diferidos.

Os Fundos Próprios representam o Património da Autarquia e abarcam o Património inicial, à data da elaboração do primeiro Balanço, acrescentado do Património adquirido através da actividade posterior, i.e., pelos Resultados Líquidos gerados.

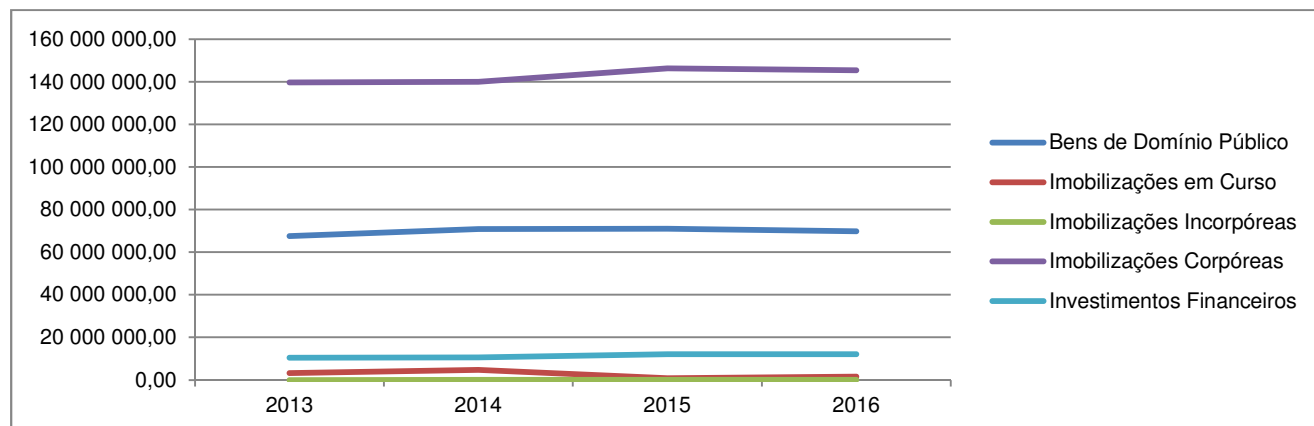
Estrutura dos activos

O Activo Líquido da CMP, a 31 de Dezembro de 2016, atingiu os 230,3 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos), o que representa uma diminuição de cerca de 1,3 milhões de euros, face ao exercício de 2015.

Em seguida far-se-á uma síntese da estrutura dos activos municipais e sua variação face a outros anos.

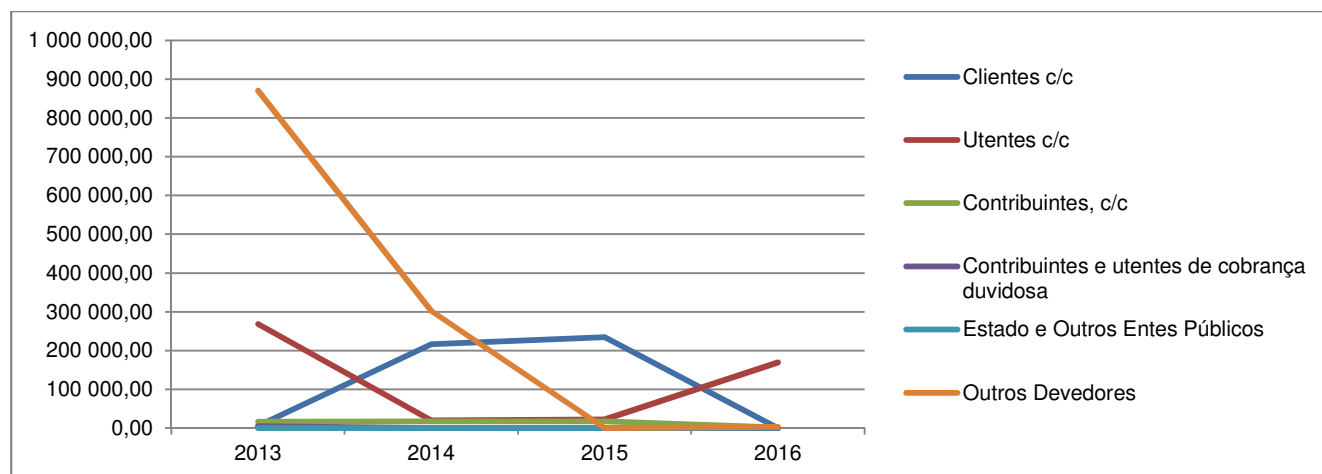
Imobilizado

Imobilizado	2013	2014	2015	2016	Variação homóloga	
					Valor	%
Bens de Domínio Público	67 558 878,81	70 862 308,67	70 982 747,31	69 759 482,10	-1 223 265,21	-1,72%
Imobilizações em Curso	3 261 969,15	4 716 927,05	850 301,75	1 621 842,10	771 540,35	90,74%
Imobilizações Incorpóreas	0,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	0,00	0,00%
Imobilizações Corpóreas	139 675 240,48	139 895 522,61	146 242 638,42	145 448 516,32	-794 122,10	-0,54%
Investimentos Financeiros	10 414 191,71	10 571 053,21	12 144 515,79	12 092 711,29	-51 804,50	-0,43%
TOTAL	220 910 280,15	226 075 811,54	230 250 203,27	228 952 551,81	-1 297 651,46	-0,56%



Dívida de Terceiros

Dívidas de Terceiros	2013	2014	2015	2016	Variação	
					Valor	%
Clientes c/c	6 262,32	216 223,50	234 717,22	324,85	-234 392,37	-99,86%
Utentes c/c	268 689,52	20 175,19	22 113,94	169 142,35	147 028,41	664,87%
Contribuintes, c/c	17 003,55	17 412,73	17 524,88	1 741,28	-15 783,60	-90,06%
Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	5 362,75	0,00	0,00	0,00	0,00	
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	0,00	0,00	776,25	776,25	
Outros Devedores	869 818,14	302 560,79	37,64	3 376,32	3 338,68	8870,03%
Dívidas de terceiros - Curto Prazo	1 167 136,28	556 372,21	274 393,68	175 361,05	-99 032,63	-36,09%

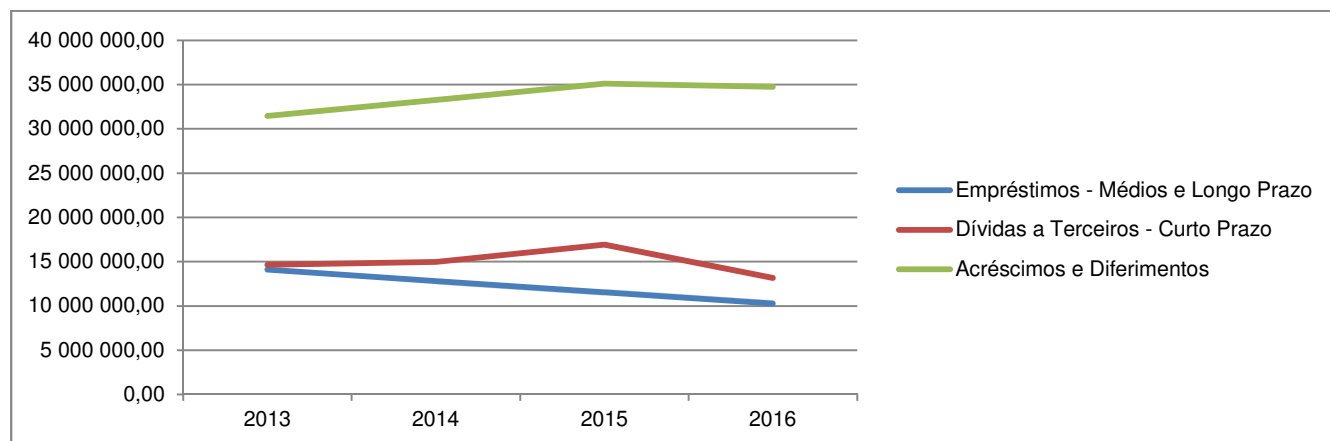


Outras Contas do Activo

Face a 2015, as Disponibilidades aumentaram cerca de 60 mil euros, fixando-se em 1.164.426,43 euros. Do total, 522.821,50 euros são referentes a operações de tesouraria e 641.604,93€ dizem respeito a operações orçamentais.

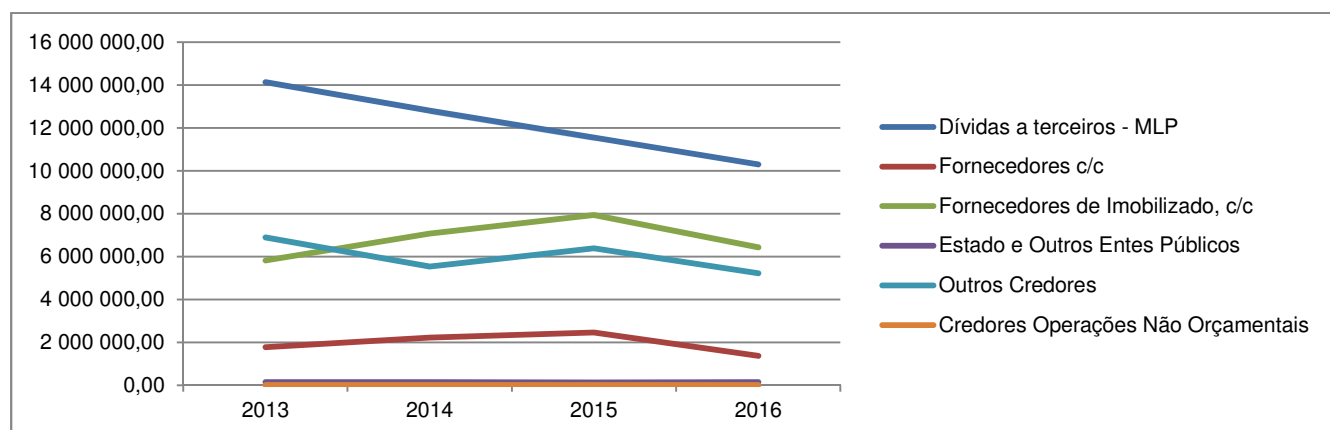
Estrutura do Passivo

Passivo	2013	2014	2015	2016	Variação	
					Valor	%
Empréstimos - Médios e Longo Prazo	14 122 990,94	12 800 838,26	11 552 711,75	10 291 290,78	-1 261 420,97	-10,92%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	14 642 429,84	14 977 012,77	16 921 881,61	13 162 866,24	-3 759 015,37	-22,21%
Acréscimos e Diferimentos	31 449 180,33	33 279 768,38	35 090 547,80	34 744 151,23	-346 396,57	-0,99%
Total	60 214 601,11	61 057 619,41	63 565 141,16	58 198 308,25	-5 366 832,91	-8,44%



Evolução da situação das contas de terceiros

Dívidas a Terceiros	2013	2014	2015	2016	Variação	
					Valor	%
Empréstimos Obtidos	14 122 990,94	12 800 838,26	11 552 711,75	10 291 290,78	-1 261 420,97	-10,92%
Dívidas a terceiros - MLP	14 122 990,94	12 800 838,26	11 552 711,75	10 291 290,78	-1 261 420,97	-10,92%
Fornecedores c/c	1 772 587,53	2 216 707,12	2 458 043,81	1 374 136,61	-1 083 907,20	-44,10%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	5 822 216,29	7 070 741,17	7 941 733,11	6 424 807,55	-1 516 925,56	-19,10%
Estado e Outros Entes Públicos	146 354,04	150 907,40	133 775,48	139 081,04	5 305,56	3,97%
Outros Credores	6 894 677,66	5 532 062,76	6 381 734,89	5 218 246,72	-1 163 488,17	-18,23%
Credores Operações Não Orçamentais	6 594,32	6 594,32	6 594,32	6 594,32	0,00	0,00%
Dívidas a terceiros - CP	14 642 429,84	14 977 012,77	16 921 881,61	13 162 866,24	-3 759 015,37	-22,21%
Total	28 765 420,78	27 777 851,03	28 474 593,36	23 454 157,02	-5 020 436,34	-17,63%



Demonstração de resultados por natureza

A Demonstração de Resultados por natureza possibilita uma análise da actividade da Câmara Municipal de Penafiel, numa óptica de custos e proveitos relativamente ao período em análise, evidenciando-os de modo a facultar uma avaliação do valor e da forma como foi originado o resultado do exercício económico. A óptica de custos e proveitos por natureza possibilita a apresentação sistematizada daqueles valores em Resultados Operacionais, Financeiros e Extraordinários.

Resultados Operacionais

Os Fornecimentos e Serviços Externos agruparam-se de acordo com a sua natureza, mas tentando separar os relacionados com as “funções Cidade/Concelho” (custos não da estrutura interna mas da actividade virada para fora) dos relacionados com o funcionamento interno. Nos casos em que não se conseguiu fazer essa distinção, foram considerados como de estrutura, o que tem como consequência a sobrevalorização dos mesmos. Os Outros Custos Operacionais agregam as amortizações e provisões do exercício, os custos da conta 65 “Outros Custos e Perdas Operacionais”, nomeadamente impostos e taxas e ainda o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Resultados Operacionais	2013	2014	2015	2016	Variação	
					Valor	%
Custo merc. vend. e mat. consum.	673 584,41	806 939,75	956 946,22	867 077,96	-89 868,26	-9,39%
Fornecimentos e serviços externos	7 739 925,87	8 706 111,78	8 891 752,95	8 467 203,23	-424 549,72	-4,77%
Remunerações	8 417 661,41	9 193 975,00	8 710 396,81	8 385 293,73	-325 103,08	-3,73%
Encargos sociais	2 014 133,81	2 226 874,41	2 265 887,23	2 244 185,66	-21 701,57	-0,96%
Transf.,subs. corr. conc., prest. soc.	2 516 630,82	2 036 923,10	2 131 648,59	2 097 529,07	-34 119,52	-1,60%
Amortizações do exercício	5 596 564,15	5 713 740,81	5 855 383,36	5 744 485,80	-110 897,56	-1,89%
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros custos e perdas operacionais	9 609,61	14 644,31	31 821,12	25 401,69	-6 419,43	-20,17%
Total dos Custos	26 968 110,08	28 699 209,16	28 843 836,28	27 831 177,14	-1 012 659,14	-3,51%
Vendas de mercadorias	62,50	23 786,25	6 059,79	31,88	-6 027,91	-99,47%
Vendas de produtos	0,00	-5 362,75	0,00	0,00	0,00	
Prestações de serviços	1 820 560,66	2 472 047,19	2 807 546,95	2 562 493,18	-245 053,77	-8,73%
Impostos e taxas	8 423 395,74	8 840 201,17	8 711 579,03	9 567 263,81	855 684,78	9,82%
Proveitos suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências e subsídios obtidos	17 976 717,04	18 741 313,26	17 950 768,09	17 961 596,27	10 828,18	0,06%
Total dos Proveitos	28 220 735,94	30 071 985,12	29 475 953,86	30 091 385,14	615 431,28	2,09%
Resultados Operacionais	1 252 625,86	1 372 775,96	632 117,58	2 260 208,00	1 628 090,42	257,56%

Resultados Financeiros

Nos Encargos Financeiros incluem-se todos os juros e custos de carácter financeiro suportados (excluindo as amortizações uma vez que estas não correspondem a custos numa óptica patrimonial, mas a variações nas massas patrimoniais do activo e do passivo),

sejam de dívida bancária sejam de dívida comercial (juros de mora e juros relativos aos planos de pagamento de dívida municipal).

Resultados Financeiros	2013	2014	2015	2016	Variação	
					Valor	%
Juros suportados	326 804,95	267 001,58	200 175,65	145 593,27	-54 582,38	-25,03%
Amortização de Investimentos em Imóveis	51 804,51	51 804,50	62 686,18	51 804,50	-10 881,68	21,01%
Outros Custos e Perdas Financeiras	0,00	3 218,74	93 245,51	741,90	-92 503,61	2796,96%
Total Custos e Perdas	378 609,46	322 024,82	356 107,34	198 139,67	-157 967,67	10,58%
Juros obtidos	1 093,13	13 296,20	11 420,13	0,00	-11 420,13	-14,11%
Rendimentos de Imóveis	1 205 893,64	1 275 155,19	1 262 639,26	1 290 149,79	27 510,53	-0,98%
Total Proveitos e Ganhos	1 206 986,77	1 288 451,39	1 274 059,39	1 290 149,79	16 090,40	-1,12%
Resultados Financeiros	828 377,31	966 426,57	917 952,05	1 092 010,12	174 058,07	-5,02%

Resultados Extraordinários

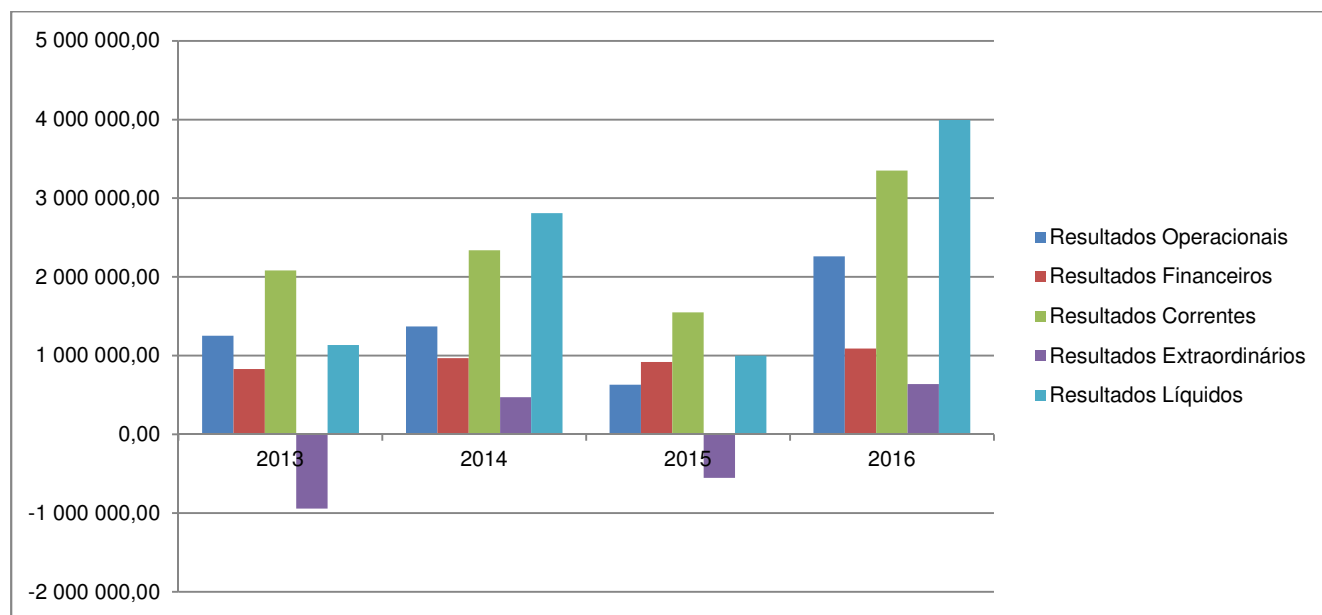
As Transferências e subsídios foram considerados individualmente enquanto um dos segmentos destes custos.

Resultados Extraordinários	2013	2014	2015	2016	Variação	
					Valor	%
Transferências capital concedidas	1 450 595,24	1 051 544,87	937 152,84	922 152,84	-15 000,00	-1,60%
Perdas em imobilizações	0,00	12 920,89	0,00	91 424,89	91 424,89	
Multas e penalidades	-2 101,81	2 318,47	550,00	3 157,42	2 607,42	474,08%
Correcções relativas ex. anteriores	-39 041,35	43 600,95	653 366,68	11 568,58	-641 798,10	-98,23%
Out. cust/perdas extraordinários	17 023,09	7 487,44	4 810,82	15 777,03	10 966,21	227,95%
Total Custos e Perdas	1 426 475,17	1 117 872,62	1 595 880,34	1 044 080,76	-551 799,58	-34,58%
Ganhos em imobilizações	8 500,00	616 637,92	0,00	607 343,00	607 343,00	
Benefícios penalidades contratuais	31 196,47	98 863,39	105 045,07	83 596,09	-21 448,98	-20,42%
Redução Amort. Provisões			0,00	19 821,34	19 821,34	
Correcções relativas ex. anteriores	-449 730,57	2 460,00	0,00	19 650,18	19 650,18	
Outros prov/ganhos extraordinários	739 234,35	731 168,44	841 679,01	891 414,72	49 735,71	5,91%
Outros	153 337,85	139 404,96	98 365,76	63 080,77	-35 284,99	-35,87%
Total Proveitos e Ganhos	482 538,10	1 588 534,71	1 045 089,84	1 684 906,10	639 816,26	61,22%
Resultados Extraordinários	-943 937,07	470 662,09	-550 790,50	640 825,34	1 191 615,84	

Resultados Líquidos do Exercício

Da conjugação dos proveitos gerados com os custos alcançados ao nível da actividade operacional, do exercício da função financeira ou de acontecimentos pontuais, reconhecidos quando obtidos ou incorridos independentemente do seu recebimento ou pagamento, resultou um resultado positivo de 3.993.043,46 mil euros no ano económico de 2016.

Demonstração de Resultados	2013	2014	2015	2016	Variação	
					Valor	%
Resultados Operacionais	1 252 625,86	1 372 775,96	632 117,58	2 260 208,00	1 628 090,42	257,56%
Resultados Financeiros	828 377,31	966 426,57	917 952,05	1 092 010,12	174 058,07	18,96%
Resultados Correntes	2 081 003,17	2 339 202,53	1 550 069,63	3 352 218,12	1 802 148,49	116,26%
Resultados Extraordinários	-943 528,10	470 662,09	-550 790,50	640 825,34	1 191 615,84	216,35%
Resultados Líquidos	1 137 066,10	2 809 864,62	999 279,13	3 993 043,46	2 993 764,33	299,59%



ANÁLISE ORÇAMENTAL

Destaques

No art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, prevê-se que “os orçamentos das entidades do setor local prevêm as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”. Sem prejuízo do disposto no número anterior, “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos”.

O saldo orçamental positivo dos recebimentos correntes, mostra que a execução orçamental corrente para além de produzir meios suficientes para financiar as despesas correntes, cobriu ainda uma parcela das despesas de capital.

Do valor das cobranças realizadas pela CMP para terceiros – operações de tesouraria – provenientes da divergência entre os valores de recebimentos e pagamentos, verifica-se um saldo de 522.821,50 euros.

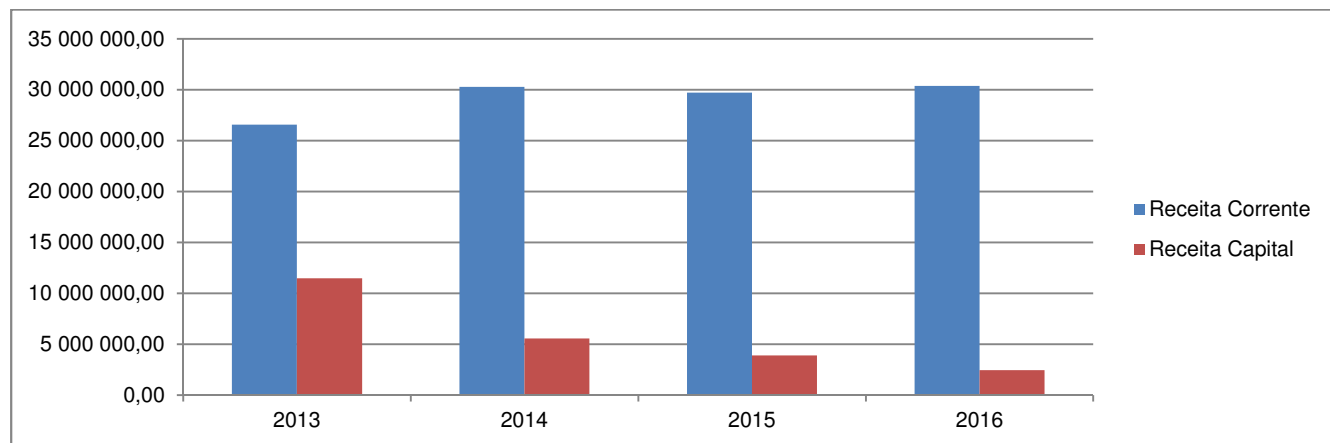
Demonstração dos Fluxos de Caixa				
Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		1 105 333,27	Despesas orçamentais	32 665 159,06
Execução orçamental	468 303,92		Correntes	22 495 614,50
Operações de tesouraria	637 029,35		Capital	10 169 544,56
Receitas orçamentais		32 838 460,07	Operações de tesouraria	2 211 867,36
Correntes	30 361 844,38		Saldo para a gerência seguinte	1 164 426,43
Capital	2 472 832,55		Execução orçamental	641 604,93
Outras	3 783,14		Operações de tesouraria	522 821,50
Operações tesouraria		2 097 659,51		
Total		36 041 452,85	Total	36 041 452,85

Evolução da Receita

Destaques

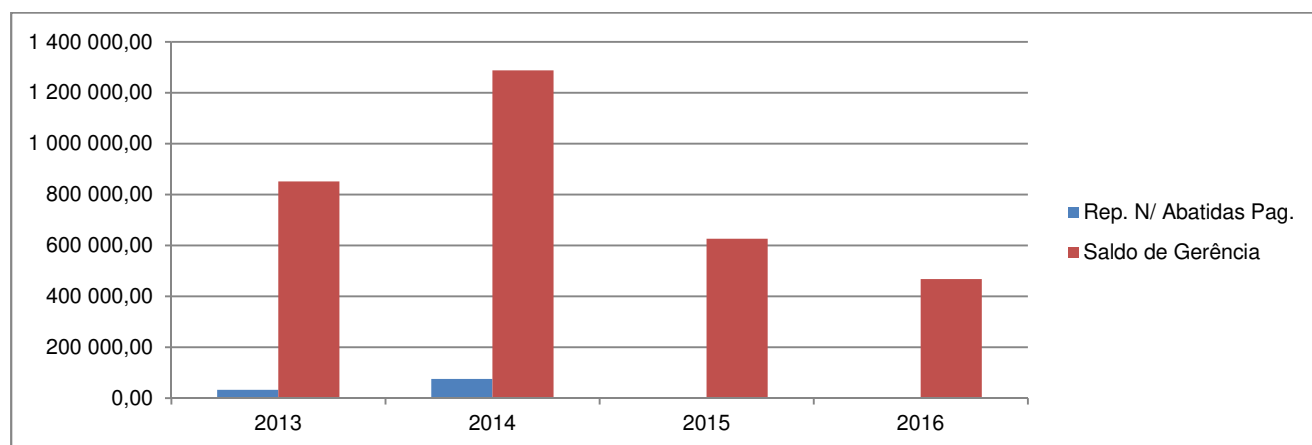
No ano de 2016, a taxa de execução total do orçamento da receita foi de 62%. A receita de corrente teve uma taxa de execução na ordem dos 70%, enquanto que a receita de capital teve uma execução de 25%, fundamentalmente pela falta de financiamento por via dos fundos comunitários devido às restrições e indefinições do novo quadro comunitário de apoio 2014-2020.

Receitas	2013	2014	2015	2016			Tx. Exec. (4/2)
				Dotação	Liquidada	Cobrada	
				(1)	(2)	(3)	
Receita Corrente	26 565 934,49	30 287 555,93	29 713 597,07	43 390 461,00	30 301 911,84	30 361 844,38	69,97%
Receita Capital	11 487 611,68	5 583 933,62	3 913 891,46	9 859 015,50	2 472 832,55	2 472 832,55	25,08%
Total	38 053 546,17	35 871 489,55	33 627 488,53	53 249 476,50	32 774 744,39	32 834 676,93	61,66%



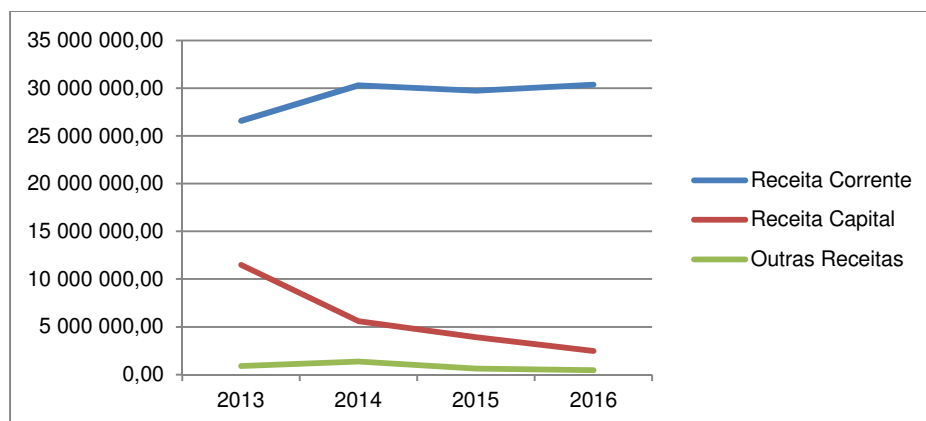
A receita global de 2016 inclui ainda as reposições não abatidas aos pagamentos e o saldo de gerência transitado do ano anterior, no valor de 468.303,92 euros.

Outras Receitas	2013	2014	2015	2016			Tx. Exec.	Variação
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
				(1)	(2)	(3)		
Rep. N/ Abatidas Pag.	32 778,15	75 665,84	3 492,73	5 000,00	3 783,14	3 783,14	75,66%	8,31%
Saldo de Gerência	851 139,06	1 288 165,93	626 856,87	468 303,92	468 303,92	468 303,92	100,00%	-25,29%
Total Outras Receitas	883 917,21	1 363 831,77	630 349,60	473 303,92	472 087,06	472 087,06	99,74%	-25,11%



Receita Total

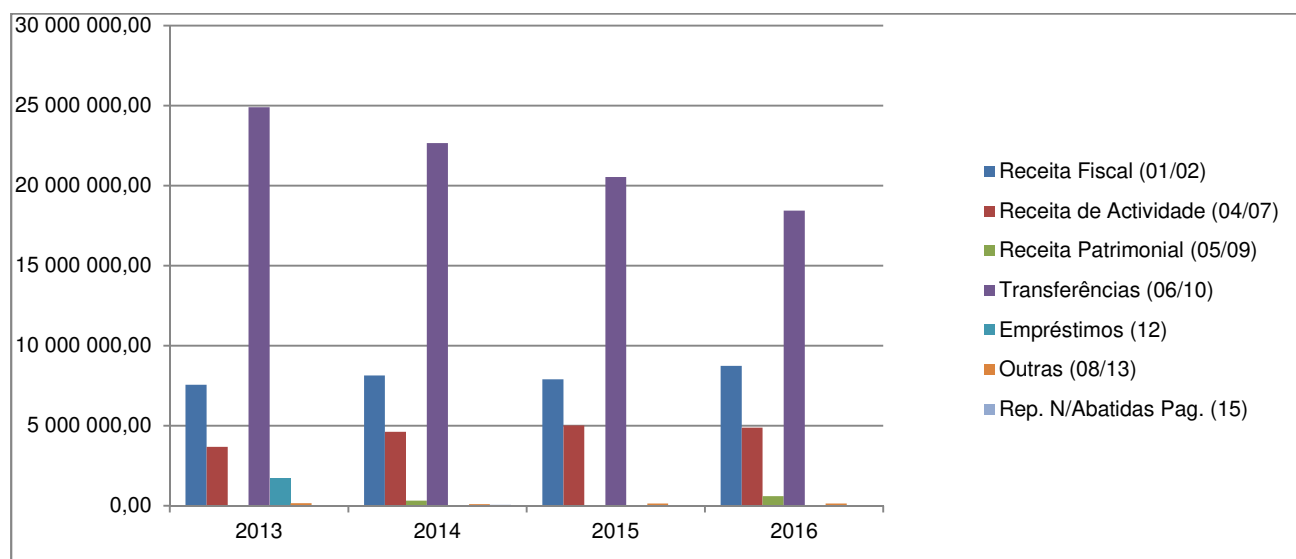
	2013	2014	2015	2016
Receita Total	38 937 463,38	37 235 321,32	34 256 838,13	33 306 763,99
Receita Corrente	26 565 934,49	30 287 555,93	29 712 597,07	30 361 844,38
Receita Capital	11 487 611,68	5 583 933,62	3 913 891,46	2 472 832,55
Outras Receitas	883 917,21	1 363 831,77	630 349,60	472 087,06



No que concerne à receita total do município, regista-se uma evolução desfavorável, sustentada nos condicionalismos legislativos e económicos, dos cortes sucessivos nas transferências directas do Estado, a redução de receitas próprias, bem como a transição entre os quadros comunitários de apoio.

Receita por grandes agregados

Receita por grandes agregados	2013	2014	2015	2016			Tx. Exec.	Variação
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Receita Fiscal	7 562 374,77	8 150 102,53	7 908 332,70	10 845 000,00	8 744 911,93	8 744 058,27	80,63%	10,57%
Receita de Actividade	3 678 412,79	4 624 181,87	5 030 663,15	11 379 500,00	4 832 764,97	4 894 124,52	43,01%	-2,71%
Receita Patrimonial	9 593,13	328 796,20	11 420,13	285 185,00	607 343,00	607 343,00	212,96%	5218,18%
Transferências	24 890 362,04	22 664 528,23	20 535 879,19	25 803 791,50	18 438 813,98	18 438 813,98	71,46%	-10,21%
Empréstimos	1 736 013,55	0,00	0,00	1 770 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Outras	176 789,89	103 880,72	140 193,36	2 916 000,00	150 910,51	150 337,16	5,16%	7,24%
Rep. N/Abatidas Pag.	32 778,15	75 665,84	3 492,73	5 000,00	3 783,14	3 783,14	75,66%	8,31%
Total	38 086 324,32	35 947 155,39	33 629 981,26	53 004 476,50	32 778 527,53	32 838 460,07	61,95%	-2,35%



Receita Fiscal

No presente ano económico, as receitas fiscais aumentaram 10,57% em relação ao exercício económico de 2015.

Receita Fiscal	2013	2014	2015	2016			Tx. Exec.	Variação
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Impostos Directos	7 504 013,20	8 108 080,70	7 876 663,87	10 650 000,00	8 706 962,02	8 706 962,02	81,76%	10,54%
IMI / Contrib. Autárquica	4 377 510,84	4 885 287,90	4 978 957,30	5 650 000,00	5 038 297,95	5 038 297,95	89,17%	1,19%
IMT / Sisa	1 084 282,02	1 241 646,67	975 922,14	1 900 000,00	1 191 159,53	1 191 159,53	62,69%	22,05%
Imp. Único Circulação	1 494 838,04	1 314 416,88	1 291 608,23	1 900 000,00	1 344 699,47	1 344 699,47	70,77%	4,11%

Derrama	547 382,30	666 729,25	630 176,20	1 200 000,00	1 132 805,07	1 132 805,07	94,40%	79,76%
Impostos Indirectos	58 361,57	42 021,83	31 668,83	195 000,00	37 949,91	37 096,25	19,02%	17,14%
Mercados e Feiras	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Loteamento e Obras	0,00	0,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Ocupação Via Pública	20 448,05	17 082,56	1 320,82	15 000,00	1 958,12	1 315,40	8,77%	-0,41%
Publicidade	26 372,25	14 421,54	14 955,57	75 000,00	19 878,21	19 667,27	26,22%	31,50%
Outros	11 541,27	10 517,73	15 392,44	45 000,00	16 113,58	16 113,58	35,81%	4,69%
Total	7 562 374,77	8 150 102,53	7 908 332,70	10 845 000,00	8 744 911,93	8 744 058,27	80,63%	10,57%

Receita da atividade

As receitas associadas à atividade municipal diminuíram 2,7% face ao ano económico de 2015.

Receita associada à atividade	2013	2014	2015	2016				Taxa Exec.	Variação
				Dotação	Receitas por cobrar inicio ano	Liquidada	Cobrada		
				(1)	(2)	(3)	(4)		
Taxas, Multas e Outras Penalidades	892 651,48	788 575,35	908 164,25	4 806 000,00	1 244,37	922 426,16	922 526,44	19,20%	1,58%
Mercados e Feiras	134 249,68	119 892,03	131 606,94	950 000,00	76,50	139 169,25	139 169,25	14,65%	5,75%
Loteamento e Obras	625 671,33	450 200,29	529 981,59	1 250 000,00	31,05	547 623,51	547 553,51	43,80%	3,32%
Ocupação da Via Pública	969,47	562,42	17 565,99	200 000,00	21,24	15 882,67	15 895,69	7,95%	-9,51%
Caça, uso e porte de arma	286,26	314,39	243,99	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
Outros	100 278,27	121 601,74	125 466,58	1 955 000,00	171,78	138 338,44	138 445,70	7,08%	10,34%
Multas e Outras Penalidades	31 196,47	96 004,48	103 299,16	450 000,00	943,80	81 412,29	81 462,29	18,10%	-21,14%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2 785 761,31	3 835 606,52	4 122 498,90	6 573 500,00	250 854,83	3 910 338,81	3 971 598,08	60,42%	-3,66%
Venda de Bens	62,50	26 656,90	7 443,69	25 000,00	1 512,09	31,88	31,88	0,13%	-99,57%
Serviços	1 433 661,98	2 390 210,09	2 548 522,59	3 348 500,00	239 949,53	1 916 664,46	2 125 379,84	63,47%	-16,60%
Rendas	1 352 036,83	1 418 739,53	1 566 532,62	3 200 000,00	9 393,21	1 993 642,47	1 846 186,36	57,69%	17,85%
Total	3 678 412,79	4 624 181,87	5 030 663,15	11 379 500,00	252 099,20	4 832 764,97	4 894 124,52	43,01%	-2,71%

Receita do património municipal

Neste grupo consideram-se a alienação de Bens de Investimento e os proveitos da gestão e administração do património municipal em que se inserem os rendimentos de propriedade e as rendas.

Receitas da alienação e administração do património Municipal	2013	2014	2015	2016			Tx. Exec.	Variação
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
				(1)	(2)	(3)		
Rendimentos de Propriedade	1 093,13	13 296,20	11 420,13	60 000,00	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
Venda de Bens de Investimento	8 500,00	315 500,00	0,00	225 185,00	607 343,00	607 343,00	269,71%	---
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	250 000,00	0,00	0,00	---	---
Total	9 593,13	328 796,20	11 420,13	535 185,00	607 343,00	607 343,00	113,48%	5218,18%

Receita de transferências

As transferências recebidas em 2016, correntes e de capital, subdividem-se em transferências obrigatórias do Orçamento de Estado e transferências provenientes de fundos comunitários, da administração central e outras.

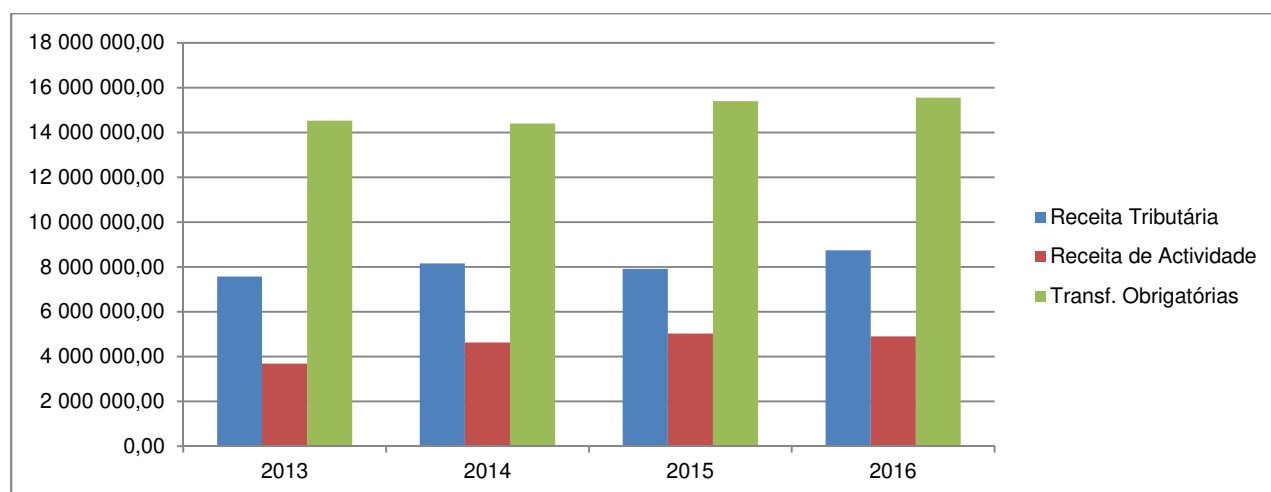
Transferências Correntes e de Capital	2013	2014	2015	2016			Tx. Exec.	Variação
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Transferências Obrigatórias	14 518 127,00	14 403 226,88	15 391 922,02	15 580 815,00	15 547 031,78	15 547 031,78	99,78%	1,01%
Fundos Comunitários	6 072 849,77	3 093 934,73	2 713 786,46	1 270 583,50	484 417,71	484 417,71	38,13%	-82,15%
Administração Central	3 028 446,91	4 158 880,73	2 430 170,71	3 950 000,00	2 242 146,65	2 242 146,65	56,76%	-7,74%
Outras	1 270 938,36	1 008 485,89	0,00	4 077 393,00	165 217,84	165 217,84	4,05%	---
Total	24 890 362,04	22 664 528,23	20 535 879,19	24 878 791,50	18 438 813,98	18 438 813,98	74,11%	-10,21%

Receita Estrutural

As receitas estruturais procedem dos recursos regulares e estáveis que o Município é capaz de gerar nos diferentes anos económicos.

A receita estrutural, a 31 de Dezembro de 2016, totalizou 29,18 milhões de euros, uma subida de 3,02% em relação ao ano anterior, apresentando uma execução total de 77,2% em relação à dotação definida.

Receita Estrutural	2013	2014	2015	2016			Tx. Exec.	Variação
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Receita Tributária	7 562 374,77	8 150 102,53	7 908 332,70	10 845 000,00	8 744 911,93	8 744 058,27	80,63%	10,57%
Receita de Actividade	3 678 412,79	4 624 181,87	5 030 663,15	11 379 500,00	4 832 764,97	4 894 124,52	43,01%	-2,71%
Transf. Obrigatórias	14 518 127,00	14 403 226,88	15 391 922,02	15 580 815,00	15 547 031,78	15 547 031,78	99,78%	1,01%
TOTAL	25 758 914,56	27 177 511,28	28 330 917,87	37 805 315,00	29 124 708,68	29 185 214,57	77,20%	3,02%



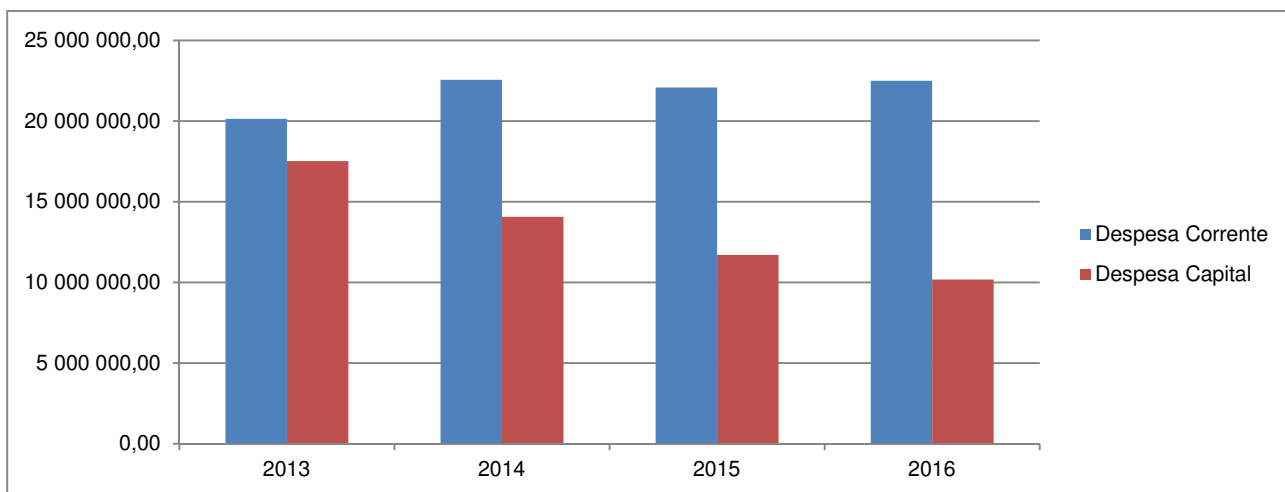
Em resumo, destaque para a taxa de execução do orçamento da receita, fixada nos 62%. Ao nível da cobrança, registou-se uma subida de receitas fiscais, na ordem dos 10%, em contraste com a diminuição de 2,7% nas receitas associadas à atividade municipal, face ao ano económico de 2015. A receita de capital, inferior em 36,8% relativamente a 2015, justifica-se pelos condicionalismos legislativos e económicos, pelos cortes sucessivos nas transferências directas do Estado, bem como a transição entre os quadros comunitários de apoio.

Evolução da Despesa

Destaques

Em relação a 2015, a despesa total do ano em análise apresenta uma diminuição de cerca de 3%.

Despesas correntes e de capital	2013	2014	2015	2016				Variação
				Dotação	Compromisso	Execução	Tx. Execução	
Despesa Corrente	20 129 149,24	22 550 968,29	22 083 871,10	29 947 690,10	27 165 907,96	22 495 614,50	75,12%	1,86%
Despesa Capital	17 520 148,21	14 057 496,16	11 704 663,11	23 775 090,32	21 389 572,49	10 169 544,56	42,77%	-13,12%
Total	37 649 297,45	36 608 464,45	33 788 534,21	53 722 780,42	48 555 480,45	32 665 159,06	60,80%	-3,32%



Despesa Corrente

A despesa corrente é, em regra, mais rígida, engloba as despesas fixas com pessoal, instalações, funcionamento dos serviços, transferências correntes e subsídios. No ano de 2016 apresenta um ligeiro aumento na ordem dos 2%.

Despesa Corrente	2013	2014	2015	2016				Variação	
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%	
Pessoal	10 080 080,17	11 104 610,02	10 561 095,14	12 022 507,62	10 769 165,20	10 584 605,08	88,04%	0,22%	
Aquisição Bens Serviços	7 357 933,02	8 298 689,73	8 767 600,35	13 810 749,71	12 990 927,67	9 046 620,82	65,50%	3,18%	
Enc. Correntes Dívida	326 590,89	267 001,58	199 724,57	169 606,10	144 838,71	144 837,71	85,40%	-27,48%	

Transferências Correntes	1 765 059,15	2 399 965,04	1 675 119,93	3 196 200,00	2 801 602,82	2 260 383,53	70,72%	34,94%
Subsídios	233 598,96	0,00	0,00	250 500,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Outras	365 887,05	480 701,92	880 331,11	498 126,67	459 373,56	459 166,36	92,18%	-47,84%
Total	20 129 149,24	22 550 968,29	22 083 871,10	29 947 690,10	27 165 907,96	22 495 613,50	75,12%	1,86%

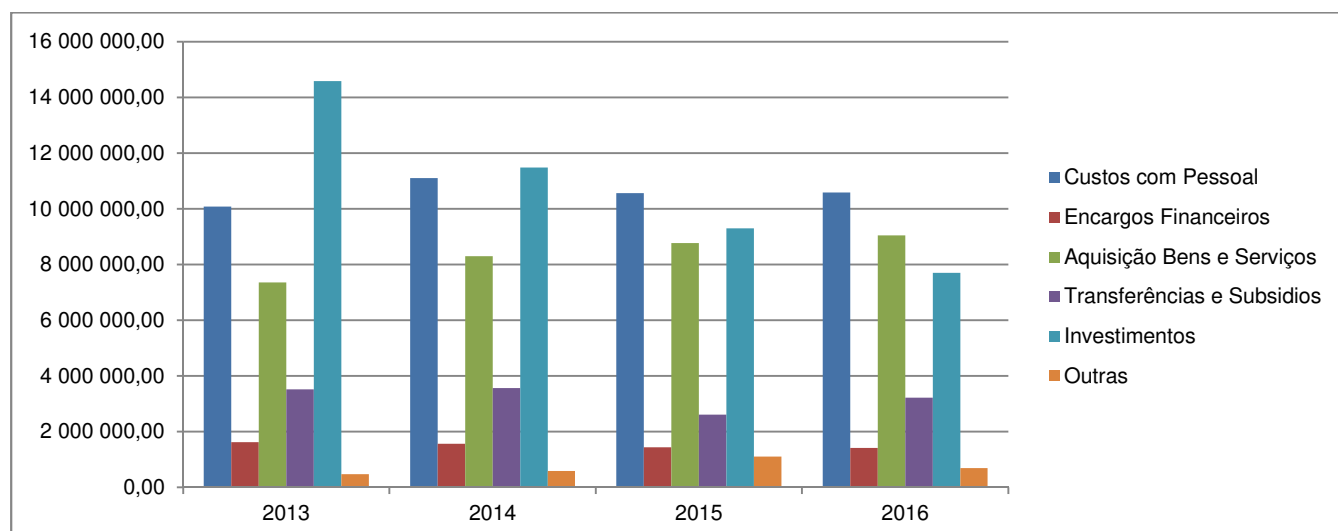
Despesa de Capital

No período em análise, as despesas de capital registaram uma diminuição na ordem dos 13%, atingindo, em 2016, os 10,1 milhões de euros. A aquisição de bens de investimento regista a variação mais acentuada em relação a 2015, registando uma diminuição de 17%.

Despesa Capital	2013	2014	2015	2016				Variação	
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%	
Aquisição Bens Investimento	14 593 121,67	11 479 359,13	9 296 128,96	21 309 832,34	18 927 626,32	7 707 598,39	36,17%	-17,09%	
Transferências de Capital	1 516 808,93	1 172 473,68	937 152,84	962 267,16	959 420,00	959 420,00	99,70%	2,38%	
Activos Financeiros	109 915,00	108 666,00	232 180,00	232 181,00	232 180,00	232 180,00	100,00%	0,00%	
Passivos Financeiros	1 300 302,61	1 296 997,35	1 239 201,31	1 270 809,82	1 270 346,17	1 270 346,17	99,96%	2,51%	
Total	17 520 148,21	14 057 496,16	11 704 663,11	23 775 090,32	21 389 572,49	10 169 544,56	42,77%	-13,12%	

Despesas por grandes agregados

Despesa por grandes agregados	2013	2014	2015	2016				%	%
				Dotação	Compromisso	Execução	%		
Custos com Pessoal	10 080 080,17	11 104 610,02	10 561 095,14	12 022 507,62	10 769 165,20	10 584 605,08	88,04%	0,22%	
Encargos Financeiros	1 626 893,50	1 563 998,93	1 438 925,88	1 440 415,92	1 415 184,88	1 415 184,88	98,25%	-1,65%	
Aquisição Bens e Serviços	7 357 933,02	8 298 689,73	8 767 600,35	13 810 749,71	12 990 927,67	9 046 620,82	65,50%	3,18%	
Transferências e Subsídios	3 515 467,04	3 572 438,72	2 612 272,77	4 408 967,16	3 761 022,82	3 219 803,53	73,03%	23,26%	
Investimentos	14 577 472,92	11 479 359,13	9 296 128,96	21 309 832,34	18 927 626,32	7 707 598,39	36,17%	17,09%	
Outras	475 802,05	589 367,92	1 112 511,11	730 307,67	691 553,56	691 346,36	94,67%	37,86%	
Total	37 633 648,70	36 608 464,45	33 788 534,21	53 722 780,42	48 555 480,45	32 665 159,06	60,80%	-3,32%	



Despesas com o pessoal

No ano económico de 2016 verifica-se uma subida dos custos com pessoal de 0,2%.

Pessoal	2013	2014	2015	2016				
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Membros Órgão Autárquicos	293 858,90	245 244,23	230 118,60	275 000,00	255 088,33	255 088,33	92,76%	10,85%
Pessoal do Quadro	5 278 096,56	5 031 564,45	4 958 832,33	5 038 500,00	4 994 753,42	4 994 753,42	99,13%	0,72%
Pessoal Contratado a Termo	534 234,53	576 801,07	650 000,00	776 000,00	572 524,48	572 524,48	73,78%	-11,92%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	119 593,06	985 950,78	550 455,37	577 000,00	449 104,17	449 104,17	77,83%	-18,41%
Representação / Suplementos e Premios	53 658,31	538 018,80	54 318,80	58 500,00	55 749,57	55 749,57	95,30%	2,63%
Sub. Refeição + Sub. Férias e Natal	1 522 577,00	1 676 640,10	1 596 177,01	1 950 007,62	1 550 376,81	1 550 376,81	79,51%	-2,87%
Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade	25 108,76	26 096,66	28 859,48	52 500,00	41 024,16	41 024,16	78,14%	42,15%
TOTAL DAS REMUNERAÇÕES CERTAS	7 827 127,12	9 080 316,09	8 068 761,59	8 727 507,62	7 918 620,94	7 918 620,94	90,73%	-1,86%
Horas Extraordinárias	65 408,19	75 575,37	92 893,29	132 000,00	128 773,05	128 773,05	97,56%	38,62%
Ajudas de Custo	8 378,93	8 789,40	7 174,83	13 000,00	7 475,78	7 475,78	57,51%	4,19%
Subsidio de Turno	104 046,51	99 111,58	95 085,81	109 500,00	100 026,60	100 026,60	91,35%	5,20%
Outros Abonos	63 530,74	185 978,31	159 093,21	54 500,00	35 007,84	35 007,84	64,23%	-78,00%
TOTAL ABONOS VAR. OU EVENTUAIS	241 364,37	369 454,66	354 247,14	309 000,00	271 283,27	271 283,27	87,79%	-23,42%
Encargos com Saúde	360 254,19	271 043,00	308 836,44	932 500,00	818 974,58	634 414,88	68,03%	105,42%
Subsidio Familiar Crianças e Jovens / Outras	50 318,51	50 829,93	57 128,50	68 500,00	47 093,41	47 093,41	68,75%	-17,57%
Contribuições Seg. Social	1 549 292,42	1 817 166,34	1 772 121,47	1 985 000,00	1 713 193,00	1 713 192,58	86,31%	-3,33%
Outras Despesas	628,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
Seguros	51 094,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
TOTAL SEGURANÇA SOCIAL	2 011 588,68	2 139 039,27	2 138 086,41	2 986 000,00	2 579 260,99	2 394 700,87	80,20%	12,00%
TOTAL	10 080 080,17	11 588 810,02	10 561 095,14	12 022 507,62	10 769 165,20	10 584 605,08	88,04%	0,22%

Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Aquisição de bens e serviços correntes	2013	2014	2015	2016				
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Aquisição de Bens	1 717 281,45	1 943 603,72	2 368 742,87	4 977 489,98	4 537 825,28	3 029 281,79	60,86%	27,89%
Aquisição de Serviços	5 640 651,57	6 355 086,01	6 398 857,48	8 833 259,73	8 453 102,39	6 017 339,03	68,12%	-5,96%
TOTAL	7 357 933,02	8 298 689,73	8 767 600,35	13 810 749,71	12 990 927,67	9 046 620,82	65,50%	3,18%

Transferências

Transferências correntes e de capital	2013	2014	2015	2016				
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Administração Central	236 217,01	190 292,69	270 010,27	29 000,00	19 670,04	19 670,04	67,83%	-92,72%
Administração Local	78 689,64	671 785,28	43 588,21	849 000,00	787 564,53	397 642,61	46,84%	812,27%

Instituições sem Fins Lucrativos	1 292 446,41	1 299 388,40	1 095 931,56	1 983 200,00	1 742 484,65	1 591 426,70	80,25%	45,21%
Famílias	157 706,09	238 498,67	265 589,89	335 000,00	251 883,60	251 644,18	75,12%	-5,25%
Total das Transferências Correntes	1 765 059,15	2 399 965,04	1 675 119,93	3 196 200,00	2 801 602,82	2 260 383,53	70,72%	34,94%
Administração Local	1 450 595,24	1 051 544,87	937 152,84	925 000,00	922 152,84	922 152,84	99,69%	-1,60%
Instituições Sem Fins Lucrativos	66 213,69	120 928,81	0,00	37 267,16	37 267,16	37 267,16	100,00%	
Total Transferências de Capital	1 516 808,93	1 172 473,68	937 152,84	962 267,16	959 420,00	959 420,00	99,70%	2,38%
TOTAL	3 281 868,08	3 572 438,72	2 612 272,77	4 158 467,16	3 761 022,82	3 219 803,53	77,43%	23,26%

Despesas de Investimento

Despesas de Investimento	2013	2014	2015	2016				
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Terrenos	296 722,00	197 668,74	235 430,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
Habitacões	143 952,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
Edifícios	4 430 151,09	5 017 663,76	3 650 617,43	4 445 268,51	3 400 957,71	1 491 983,09	33,56%	-59,13%
Construções Diversas	5 884 762,92	4 881 512,85	4 347 844,38	13 272 737,55	12 389 474,08	5 359 623,20	40,38%	23,27%
Material Transporte	4 920,00	96 426,75	112 876,80	0,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
Equipamento Administrativo	268 875,38	126 867,94	126 590,40	190 000,00	162 723,08	100 275,68	52,78%	-20,79%
Equipamento Básico	139 872,95	114 479,42	212 716,62	211 977,92	173 568,81	94 422,69	44,54%	-55,61%
Outros Investimentos	3 408 216,33	1 044 739,67	610 053,33	3 189 848,36	2 800 902,64	661 293,73	20,73%	8,40%
TOTAL	14 577 472,92	11 479 359,13	9 296 128,96	21 309 832,34	18 927 626,32	7 707 598,39	36,17%	-17,09%

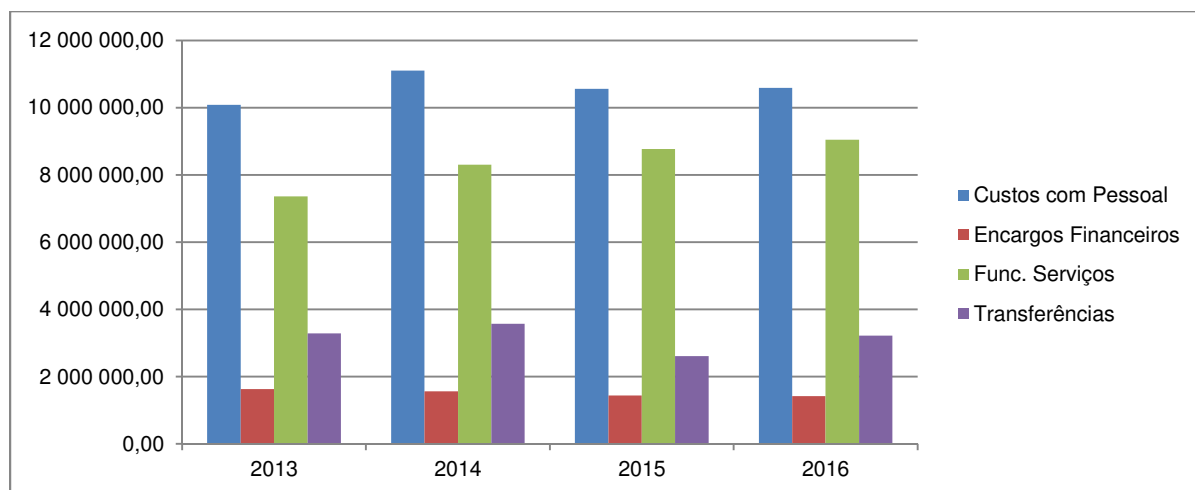
Serviço da Dívida e Outros Encargos Financeiros

Operações Financeiras	2013	2014	2015	2016				
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Juros	326 590,89	267 001,58	199 724,57	169 606,10	144 838,71	144 838,71	85,40%	-27,48%
Empréstimos Bancários MLP	131 789,62	139 973,55	106 804,07	89 606,10	78 361,74	78 361,74	87,45%	-26,63%
Outros Juros	194 801,27	127 028,03	92 920,50	80 000,00	66 476,97	66 476,97	83,10%	-28,46%
Amortizações Emp. MLP	1 300 302,61	1 296 997,35	1 239 201,31	1 270 809,82	1 270 346,17	1 270 346,17	99,96%	2,51%
TOTAL	1 626 893,50	1 563 998,93	1 438 925,88	1 440 415,92	1 415 184,88	1 415 184,88	98,25%	-1,65%

Despesa estrutural

As despesas estruturais correspondem ao conjunto dos gastos certos e regulares e/ou destinados ao cumprimento de obrigações legais.

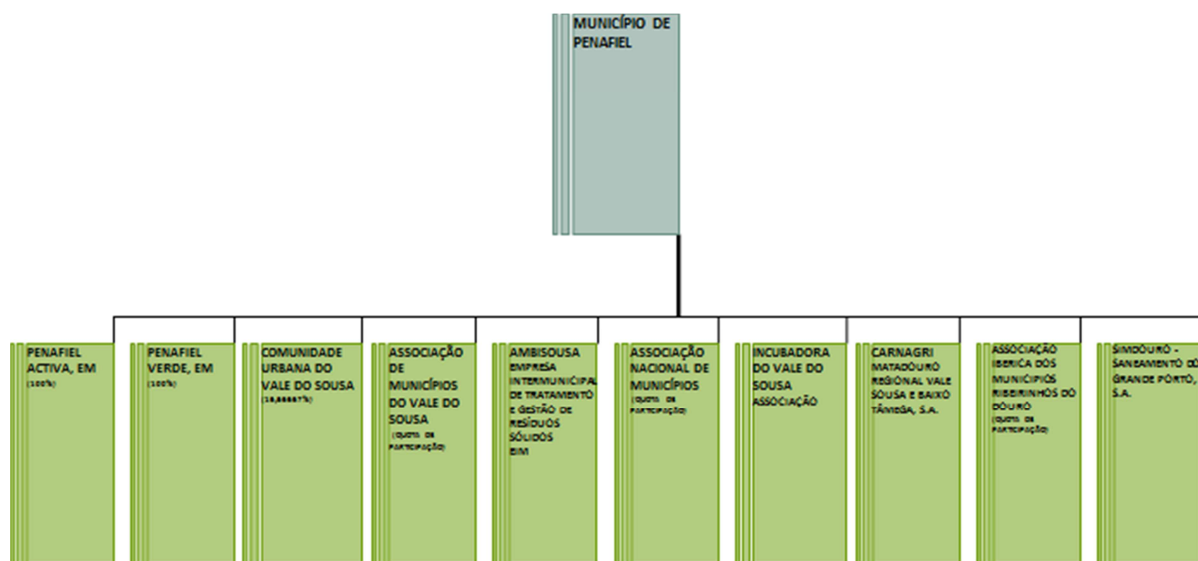
Despesa Estrutural	2013	2014	2015	2016				
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Custos com Pessoal	10 080 080,17	11 104 610,02	10 561 095,14	12 022 507,62	10 769 165,20	10 584 605,08	88,04%	0,22%
Encargos Financeiros	1 626 893,50	1 563 998,93	1 438 925,88	1 440 415,92	1 415 185,88	1 415 184,88	98,25%	-1,65%
Func. Serviços	7 357 933,02	8 298 689,73	8 767 600,35	13 810 749,71	12 990 927,67	9 046 620,82	65,50%	3,18%
Transferências	3 281 868,08	3 572 438,72	2 612 272,77	4 158 467,16	3 761 022,82	3 219 803,53	77,43%	23,26%
Total	22 346 774,77	24 539 737,40	23 379 894,14	31 432 140,41	28 936 301,57	24 266 215,31	77,20%	3,79%



Em conclusão, destaque para a taxa de execução do orçamento da despesa, fixada nos 60,8%. A despesa corrente foi executada em 75%, a despesa de capital em 42,7%.

Face ao exercício de 2015, registaram-se aumentos no montante de transferências efectuadas, 23,2%, e na despesa estrutural, 3,7%. A despesa de investimento diminuiu cerca de 17%.

V - PARTICIPAÇÕES E SECTOR EMPRESARIAL LOCAL



Partes de Capital

Nome	Sede	Natureza	Participação em 31/12/2015		Participação em 31/12/2016	
			%	Valor	%	Valor
PENAFIEL VERDE EM	Penafiel	EM	100	6,000,000.00	100	6,000,000.00
PENAFIEL ACTIVA EM	Penafiel	EM	100	50,000.00	100	50,000.00
TUREL - TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO	Braga	CRL		5,000.00		5,000.00
CARNAGRI - MATADOURO REGIONAL VALE SOUSA E BAIXO TÂMEGA, S.A.	Penafiel	SA	2,13	139,852.95	2,13	139,852.95

AMBISOUSA-EMPRESA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM	Lousada	EIM	1,666	25,000.00	1,666	25,000.00
SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.	V.N.Gaia	S.A.	2,70	620,945.00	2,70	620,945.00
DOLMEN - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TÂMEGA	Marco de Canaveses	CRL		1,250.00		1,250.00
INCUBADORA DO VALE DO SOUSA, ASSOCIAÇÃO	Penafiel	ASS		100,000.00		100,000.00

Obrigações e Títulos de Participação

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo, ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000. No n.º 3 do supra mencionado artigo está prevista a fórmula de cálculo para apurar, com base na contribuição global dos municípios, o montante imputável a cada um deles, que foi entretanto comunicado àquelas entidades pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), em cumprimento dos disposto no art. 17º, n.º 4, do RJRFM. No caso do Município de Penafiel, o valor é de 1.625.267,09€.

Nome	Participação em 31/12/2016		Capital Realizado até 31/12/2016
	%	Valor	Valor
Fundo de Apoio Municipal	100	1,625,267.09	464.360,00

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17º, n.º 1, do RJRFM). De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015. Assim, para os municípios, as unidades de participação consubstanciam um ativo e investimento financeiros, pelo que, ao nível dos respetivos documentos previsionais e de prestação de contas, bem como dos registos contabilísticos, foi seguido o seguinte tratamento deste evento:

- No Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do ano de 2015, inscrição de um projeto/ação relativo à subscrição/realização das unidades de participação, devendo constar, nomeadamente, da coluna designada de “ Despesas - Financiamento definido “, o valor a pagar relativo às unidades de participação a realizar nesse exercício e, nas diversas colunas “ Despesas – Anos seguintes “, o montante correspondente dos anos posteriores, discriminado no que respeita aos anos de 2016, 2017 e 2018 e agregado quando aos restantes anos (2019 a 2021). Nos PPI

dos anos subsequentes (até 2021) deverá ser adotado um procedimento idêntico, ajustado apenas face ao evoluir dos anos e do valor subscrito e ainda não realizado.

- Ao nível do orçamento de 2016, o município reflectiu uma despesa com ativos financeiros, correspondente ao valor do capital do FAM a realizar neste exercício, no montante de 232.180€. Nos orçamentos dos anos subsequentes (até 2021) deverá ser adotado um procedimento idêntico.
- Quanto aos registos a efetuar em termos de contabilidade patrimonial, o valor referido foi debitado numa subconta da conta 412 por contrapartida do crédito numa subconta de conta 268 (4122 – Investimentos financeiros – Obrigações e Títulos de Participação – Fundo de Apoio Municipal e 268126 – Devedores e credores diversos - Credores das Administrações Públicas – Fundo de Apoio Municipal).

O Orçamento do Estado para 2016 indicou que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

VI - ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, regendo-se pelos seguintes normativos:

- Artigo 52.º - Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- O n.º 2 do art.º 52.º do RFLAEI - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º do RFALEI - Definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total. As entidades que relevam são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;

- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs. 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de ruptura financeira (art.º 61.º).

Limite da dívida total 2016

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) o limite da dívida total para cada município é apurado do seguinte modo:

- "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIIAL, de acordo com a informação reportada pelos municípios.

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano dos Municípios é somada a receita corrente líquida cobrada pelos respetivos Serviços Municipalizados, já que os mesmos são um serviço do Município. Por forma a não se verificar uma duplicação da receita considerada, são expurgadas do apuramento a receita corrente líquida cobrada pelo Serviço Municipalizado ao Município e a receita corrente líquida cobrada pelo Município ao Serviço Municipalizado, em cada um dos anos.

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro seja inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

- "(...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

O Orçamento do Estado para 2016 indicou que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A evolução do endividamento municipal e respetiva margem está disponível nos relatórios disponibilizados aos municípios no acesso reservado do SIAL.

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIAL, de acordo com a informação reportada pelo município.

Município	2013	2014	2015	Média (2013,2014,2015)	Limite 2016 = 1,5 * Média (2013 a 2015)
PENAFIEL	26.565.934	30.287.556	29.712.597	28.855.362	43.283.044

Dívida total apurada para efeitos do limite de endividamento

Dívida Total (31-12-2016)							Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais e exceções Lei n.º73/2013	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais, exceções previstas Lei 73/2013 e FAM	Margem	
23 486 979	68 958	23 555 937		1 160 907	22 395 030	20 888 014	-17,16%

A política financeira do Município de Penafiel continuou, assim, no sentido de uma redução programada e gradual do endividamento, independentemente da margem disponível para a utilização de empréstimos, que no ano em apreço, não foi utilizada.

VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando se verificar um saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante poderá ser repartido da seguinte forma:

- Reforço do Património;
- Substituição do reforço de Reservas.

Refere ainda que deve substituir-se o reforço anual da conta 57.1 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

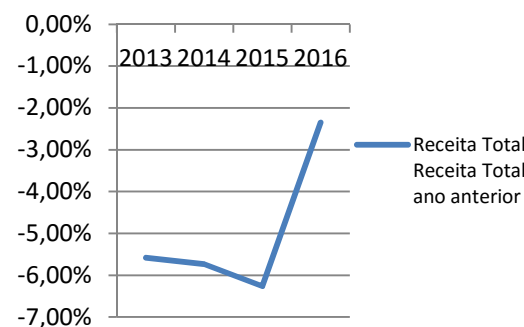
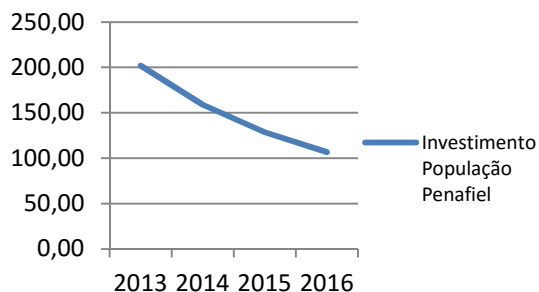
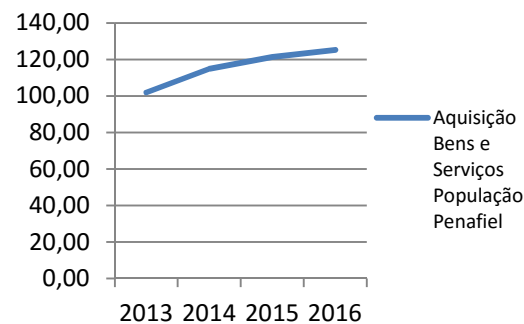
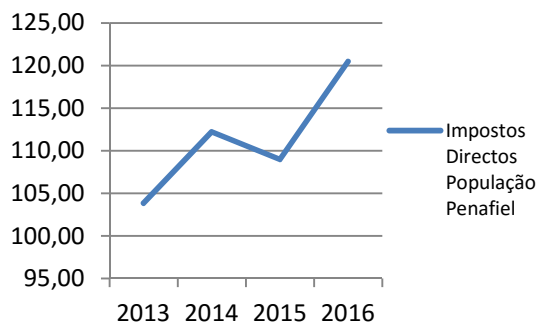
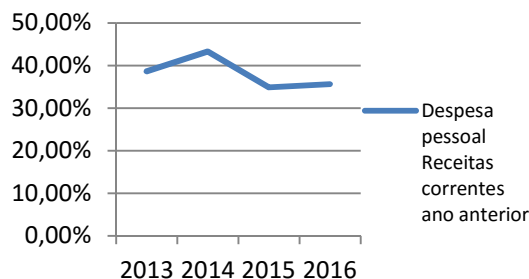
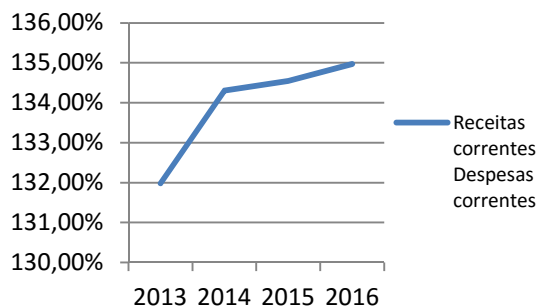
Em 2016 o Resultado Líquido do Exercício (RLE) foi de 3.993.043,46 euros. Deste montante, será transferido para reservas legais, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, 5% do valor de RLE, no total de 199.652,17 euros. Para património serão transferidos 3.793.391,29 euros.

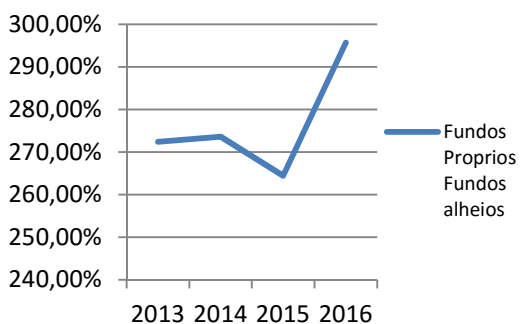
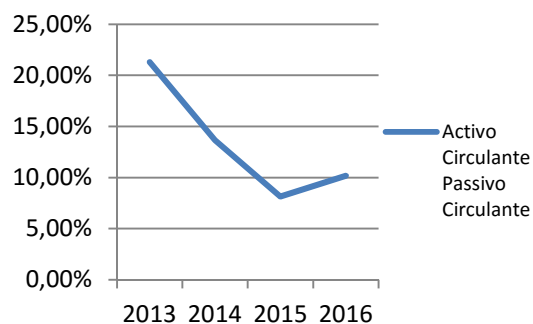
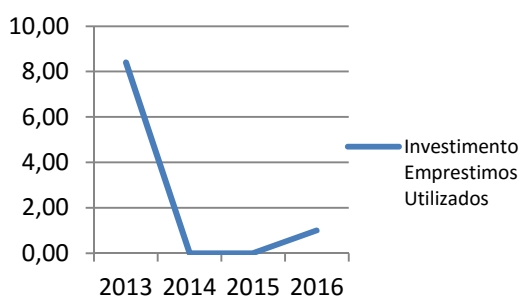
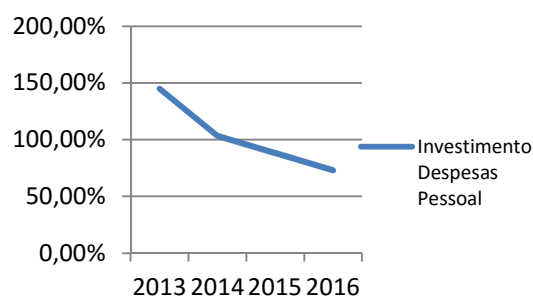
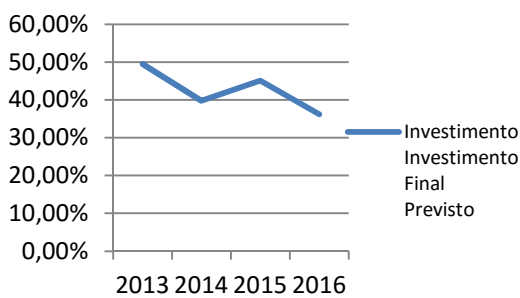
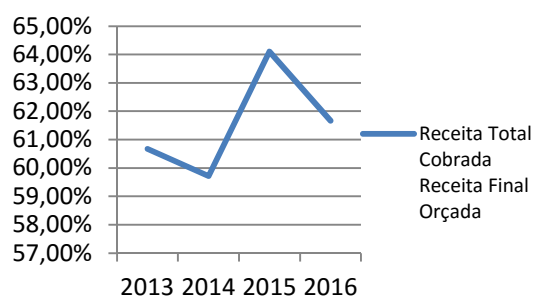
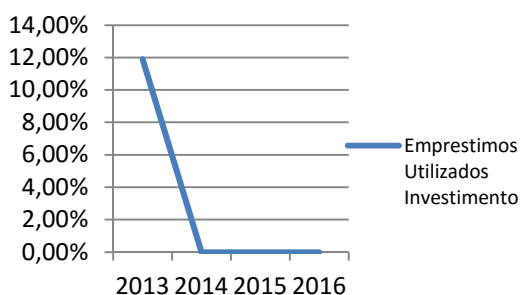
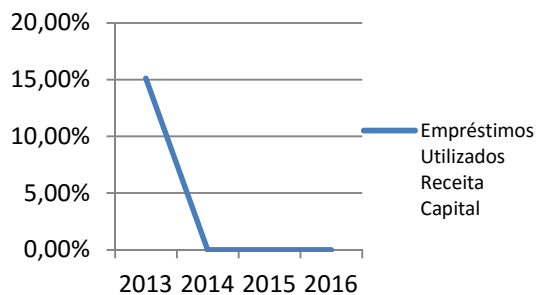
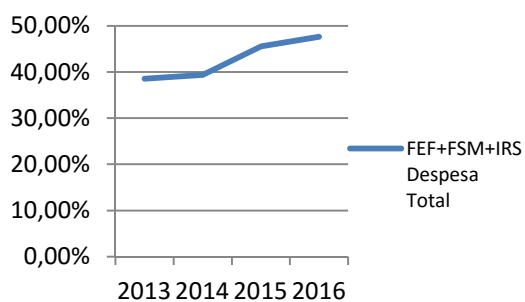
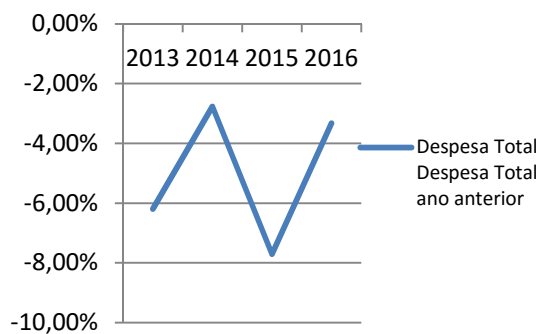
VIII - INDICADORES E RÁCIOS

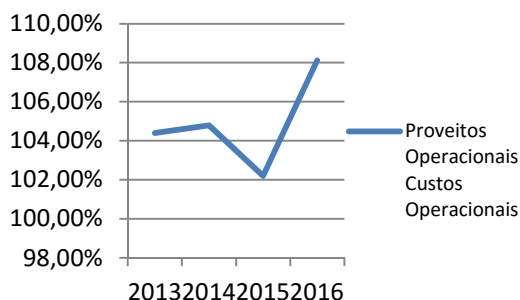
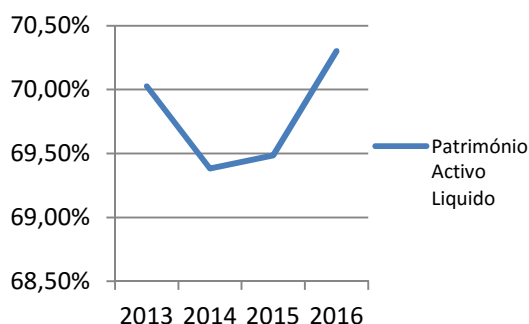
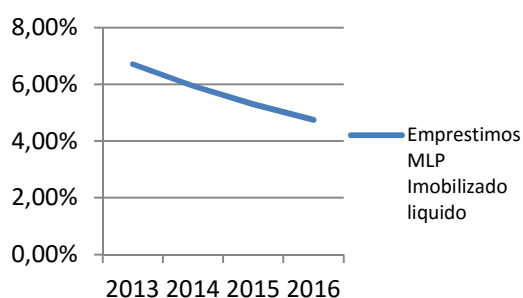
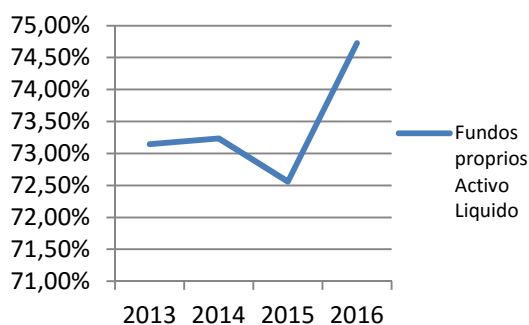
Apresentam-se infra uma série de indicadores relativos ao cumprimento de equilíbrios legalmente exigidos, aos meios humanos e financeiros do Município e a medidas de eficácia e de eficiência da actuação municipal, que visam, de um modo quantitativo e sintético, demarcar o exercício de 2016 e a evolução nos últimos quatro exercícios dos diversos vectores abordados.

	2013	2014	2015	2016
Receitas correntes	131,98%	134,31%	134,54%	134,97%
Despesas correntes				
Despesa pessoal	38,60%	43,28%	34,87%	35,62%
Receitas correntes ano anterior				
Impostos Directos	103,84	112,20	109,00	120,48
População Penafiel				
Aquisição Bens e Serviços	101,82	114,84	121,32	125,19
População Penafiel				
Investimento	201,94	158,85	128,64	106,66
População Penafiel				
Receita Total	-5,58%	-5,73%	-6,26%	-2,35%
Receita Total ano anterior				
Despesa Total	-6,19%	-2,76%	-7,70%	-3,32%
Despesa Total ano anterior				
FEF+FSM+IRS	38,56%	39,34%	45,55%	47,60%
Despesa Total				
Empréstimos Utilizados	15,11%	0,00%	0,00%	0,00%
Receita Capital				
Empréstimos Utilizados	11,90%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimento				
Receita Total Cobrada	60,68%	59,71%	64,10%	61,66%
Receita Final Orçada				
Investimento	49,48%	39,72%	45,06%	36,17%
Investimento Final Previsto				
Investimento	144,77%	103,37%	88,02%	72,82%
Despesas Pessoal				
Investimento	8,41	0,00	0,00	1,00
Empréstimos Utilizados				

	2013	2014	2015	2016
Activo Circulante	21,30%	13,67%	8,15%	10,18%
Passivo Circulante				
Fundos Proprios	272,38%	273,62%	264,40%	295,70%
Fundos alheios				
Fundos propios	73,15%	73,23%	72,56%	74,73%
Activo Liquido				
Emprestimos MLP	6,71%	5,94%	5,30%	4,75%
Imobilizado liquido				
Património	70,02%	69,38%	69,48%	70,30%
Activo Liquido				
Proveitos Operacionais	104,39%	104,78%	102,19%	108,12%
Custos Operacionais				







Em Conclusão

O POCAL obriga as autarquias a cumprirem com os princípios e regras contabilísticos, os critérios de valorimetria, os critérios e métodos específicos, a apresentarem os documentos previsionais e os documentos de prestação de contas e a procederem ao controlo interno. O ponto 13 do POCAL refere que o relatório de gestão é apresentado pelo órgão executivo, devendo conter, entre outras coisas uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira.

Passados quinze anos da implementação do POCAL e nas vésperas de um novo modelo contabilístico para o sector público (SNC-AP), verifica-se ainda pertinente a análise da divulgação dos indicadores de gestão nos documentos de prestação de contas do Município de Penafiel, concretamente no relatório de gestão, conforme estabelece o POCAL.